

Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Exatas e da Terra – Campus I
Bacharelado em Urbanismo

Aychá Freitas Santos

O ESPAÇO URBANO E O CIBERESPAÇO:
Análise dos Centros Digitais de Cidadania no Município de Salvador - Ba

Salvador
2013

Aychá Freitas Santos

O ESPAÇO URBANO E O CIBERESPAÇO:

Análise dos Centros Digitais de Cidadania no Município de Salvador - Ba

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Orientador: Prof. Luiz Antônio de Souza

Salvador

2013

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Santos, Aychá Freitas

O espaço urbano e o ciberespaço: análise dos centros digitais de cidadania no município de Salvador-BA / Aychá Freitas Santos. – Salvador, 2013.
83f.

Orientador: Luiz Antonio de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Colegiado de Urbanismo. Campus I. 2013.

Contém referência e anexos.

1. Inclusão digital. 2. Ciberespaço. 3. Educação - Efeito das inovações tecnológicas. 4. Cidadania. I. Souza, Luiz Antonio de. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Exatas e da Terra.

CDD: 371.334

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA I – CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO**

AYCHÁ FREITAS SANTOS

O ESPAÇO URBANO E O CIBERESPAÇO:

Análise dos Centros Digitais de Cidadania no Município de Salvador - Ba

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, 27 de novembro de 2013.

Banca Examinadora:

Luiz Antônio de Souza _____

Professor do Curso de Urbanismo

Universidade do Estado da Bahia

Maria das Graças Lima de Souza Palácios _____

Professora do Curso de Urbanismo DCET-I e DE

Universidade do Estado da Bahia

Washington Luis Lima Drummond _____

Professor de História Contemporânea Campus IV e do PPGAU/ UFBA

Universidade do Estado da Bahia

Dedico a minha mãe,
pela paciência de sempre!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar forças no momento mais importante da minha vida! Agradeço o apoio da minha mãe, Tarija Pitágoras por acreditar sempre em mim. Agradeço aos meus irmãos, Pedro Ravel e Yasmin Freitas por trazer palavras de otimismo.

Ao meu namorado Leonardo Batista Duarte por sempre me motivar e aconselhar nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, professor Luiz Antônio por confiar no meu Trabalho de Conclusão de Curso. As suas conversas e conselhos foram cruciais para a busca de novos caminhos. Agradeço a Felipe Caldas por ser peça chave no meu trabalho, com suas pesquisas bibliográficas!

À professora Maria Palácios com sua atenção, compreensão e paciência.

À Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia por fornecer os dados para a monografia e também agradeço aos gestores dos Centros Digitais de Cidadania.

Ao Colegiado do Curso de Urbanismo, aos funcionários da Uneb e aos amigos que tive oportunidade de conhecer.

Obrigada a todos!

"Um mundo no qual o tempo é absoluto é um mundo consolador. Pois, embora os movimentos das pessoas sejam imprevisíveis, o movimento do tempo é previsível. Embora se possa duvidar das pessoas, não se pode duvidar do tempo. Enquanto as pessoas ficam divagando, o tempo prossegue em sua caminhada sem olhar para trás."

Alan Lightman

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar quanto o Centro Digital de Cidadania enquanto suporte social para prestação de serviço repercute na vida das pessoas e na dinâmica urbana no município de Salvador – Bahia. Buscou-se, portanto, contextualizar o surgimento do ciberespaço e das redes de fluxo para entender o “novo” pensamento urbanístico adotado pelos seguintes autores: Lévy (1999), Ascher (2010), Castells (2011) entre outros. Assim como, uma análise das novas funções que o espaço urbano vem adquirindo a partir do ciberespaço. Para tanto, tentamos ilustrar o Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia no período de 2003 a 2013 destacando as características socioeconômicas dos usuários do Programa. O recorte do trabalho se restringe ao município de Salvador com ênfase nas características socioeconômicas e urbanísticas das Regiões Administrativas que possuem Centros Digitais de Cidadania. Analisamos documentos oficiais, bibliográficos e levantamento de dados *in loco* em quatro Centros Digitais de Cidadania. A pesquisa visa avaliar o alcance deste tipo de suporte social nas Regiões Administrativas. Para tanto tentamos esclarecer a infraestrutura social e a área urbana que elas estão inseridas.

Palavras-Chave: Centro Digital de Cidadania, Salvador, Ciberespaço, Pensamento urbanístico, Infraestrutura social.

ABSTRACT

The objective of this work is to evaluate the activities of the Centers for Digital Citizenship. How it may have improved people's lives, and how they are spatially distributed and how it affects the urban dynamics in the city of Salvador - Bahia. In order to do so, a revision of the bibliography on the emergence of cyberspace and network flow was done. Thus, the new urban thought of the following authors is dealt with: Lévy (1999), Ascher (2010), Castells (2011) among others. It is also tried to study the new functions that urban space is acquiring from cyberspace. To do so a study of the Sociodigital Inclusion Program of the state of Bahia in the period from 2003 to 2013 is attempted. Special attention is given to the socioeconomic characteristics of the users of the program. The outline of the work is restricted to the city of Salvador. Emphasis is on the socioeconomic characteristics of administrative regions and urban centers that have Digital Citizenship. Beside the research on official documents, bibliographic and data collection, it was also conducted in loco observations of the activities of four centers for Digital Citizenship. The research aims to assess the extent of this type of social support in the four Centers studied. It was also tried to describe the social infrastructure and the urban area they are located.

Keywords: Center for Digital Citizenship, Salvador, Cyberspace, Urban thought, Social infrastructure.

LISTA DE SIGLAS

CPF	Cadastro de Pessoa Física
CDCs	Centros Digitais de Cidadania
CESOL	Centro Público de Economia Solidária da Bahia
CSU	Centros Sociais Urbanos
CEU	Conselho Europeu de Urbanistas
ECOSOL	Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NTICs	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
NUGEC	Núcleo de Gestão Colaborativa
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PATRA	Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo
PID	Programa Identidade Digital
PISD	Programa de Inclusão Sociodigital
RAs	Regiões Administrativas
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
SETRAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SO	Sistema Operacional
SOCINFO	Sociedade da Informação
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Geometria de diferentes Redes Técnicas	21
Figura 02 –	Localização do Centro Digital de Cidadania CESOL	62
Figura 03 –	Centro Digital de Cidadania na Biblioteca Pública do Estado da Bahia	64
Figura 04 –	Centro Digital de Cidadania na Sociedade Beneficente e Esportiva 13 de Junho	65
Figura 05 –	Centro Digital de Cidadania no Centro de Esporte, Arte e Cultura César Borges	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –	População nos anos 1991, 2000 e 2010	43
Gráfico 02 –	Renda per capita nos anos 1991 a 2010	44
Gráfico 03 –	Domicílios com microcomputadores e acesso a internet, 2010	45
Gráfico 04 –	Domicílios com telefones fixo convencional e celular, 2010	46
Gráfico 05 –	Domicílios com rádio e televisão 2010	47
Gráfico 06 –	População residente de 10 anos ou mais de idade alfabetizada	48
Gráfico 07 –	Categorias dos Centros Digitais de Cidadania em Salvador – Ba, 2009	59
Gráfico 08 –	Categorias dos Centros Digitais de Cidadania em Salvador – Ba	59
Gráfico 09 –	População cadastrada dos CDCs de Salvador, Bahia	67
Gráfico 10 –	Sexo dos usuários dos CDCs de Salvador - Bahia	68
Gráfico 11 –	Faixa etária dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia	68
Gráfico 12 –	Deficiência dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia	69
Gráfico 13 –	Escolaridade dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia	69
Gráfico 14 –	Usuários com emprego dos CDCs de Salvador, Bahia	70
Gráfico 15 –	Profissões dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia	70
Gráfico 16 –	Renda familiar dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia	71
Gráfico 17 –	Cor dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia	71

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 –	Áreas das Regiões Administrativas de Salvador - Bahia	56
Mapa 02 –	Número de residentes nas Regiões Administrativas de Salvador - Bahia	57
Mapa 03 –	Espacialização dos Centros Digitais de Cidadania nas Regiões Administrativas de Salvador	60
Mapa 04 –	Espacialização dos Infocentros nas Regiões Administrativas de Salvador, 2003	61
Mapa 05 –	Usuários de outras Regiões Administrativas de Salvador - Bahia	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –	Dinâmica da Modernização Ocidental e do Contexto das Revoluções Urbanas Modernas	30
Quadro 02 –	Estratégias de Resistência	34
Quadro 03 –	Novas Tendências a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	Descrição das Regiões Administrativas de Salvador - Bahia	55
Tabela 02 –	Localização dos Centros Digitais de Cidadania a partir das Regiões Administrativas de Salvador, Bahia	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
	<u>CAPÍTULO I</u>	18
2	O “NOVO” PENSAMENTO URBANÍSTICO	18
2.1	O URBANISMO E O CIBERESPAÇO	29
	<u>CAPÍTULO II</u>	35
3	O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	35
3.1	O BRASIL E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	43
	<u>CAPÍTULO III</u>	50
4	ANÁLISE DOS CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – BA	50
4.1	PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIODIGITAL	50
4.2	CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – BAHIA	54
4.2.1	RA I – Centro Público de Economia Solidária da Bahia – CESOL	62
4.2.2	RA I – Biblioteca Pública do Estado da Bahia	64
4.2.3	RA II – Sociedade Beneficente e Esportiva 13 de Junho	65
4.2.4	RA XVII – Centro de Esporte, Arte e Cultura César Borges	66
4.3	PERFIL DOS USUÁRIOS DOS CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA DE SALVADOR - BAHIA	67
5	CONCLUSÃO	72
	REFERÊNCIAS	74
	ANEXO	79

1 INTRODUÇÃO

O processo da globalização para Santos (2006) se divide em três fases. A primeira fase denominada de meio natural, “era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação” (SANTOS, 2006, p. 157). A segunda fase denominada meio técnico, “vê a emergência do espaço mecanizado. Os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo” (SANTOS, 2006, p. 158). E por último, a fase denominada meio técnico-científico-informacional.

De acordo com Santos (2006) foi nos anos de 1970 que se iniciou realmente o processo da globalização, denominado Técnico-Científico. Para Richta (1968) apud Santos (2006) este período se distingue dos outros, pois há uma interação entre a ciência e a técnica permitindo que muitos autores denominem como tecnociência. “Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2006, p. 159).

Este meio técnico-científico-informacional gerou na sociedade capitalista um “novo olhar” para as questões do espaço e do tempo. Santos (1978) considera que todas as mudanças ocasionadas pelo homem e as técnicas utilizadas na produção podem determinar a vida em sociedade a partir do tempo e do espaço. O tempo e o espaço, portanto, mudam segundo o contexto histórico, os lugares e os tipos de produção.

Percebe-se ao longo da história humana a apropriação das tecnologias de informação e comunicação para diversos fins. Os instrumentos de trabalho e espaço sofreram mudanças ao longo do tempo. Primeiro, o homem detinha um único meio de trabalho que era a própria mão; depois surgiram instrumentos de trabalho fixos. Santos (1978) observa que esta evolução é histórica, não sendo a mesma para todos os países, e nem mesmo dentro de um país devido às desigualdades geográficas dos instrumentos.

O termo “desigualdade geográfica” aqui discutido tem como princípio constituir uma “tentativa teórico-metodológica que procura captar a espacialidade do

desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países” (HARVEY, 2006 apud THEIS; BUTZKE, 2010, p. 125). Para Theis & Butzke (2010) esta desigualdade é produzida pelo capitalismo e começa pela distinção do espaço geográfico resultante dos processos sociais cotidianos.

Com o desenvolvimento geográfico e a divisão do trabalho dois fenômenos são registrados: o primeiro refere-se aos instrumentos que antes eram transportáveis tornaram-se fixos (máquinas) e segundo é que com a divisão do trabalho as transformações não são as mesmas em todos os espaços (SANTOS, 1978).

O Urbanismo é um dos campos em que as novas tecnologias de informação e comunicação também se faz presente, isso porque a cidade também pode ser pensada a partir das redes de fluxos e processos, acontecimento verificado a partir do século XIX. O século XIX foi o período da industrialização, “e que houve crescimento populacional urbano e ampliação do tamanho das cidades em várias partes do mundo” (SILVA, 2007, p.13).

O surgimento de novas tecnologias de informação e o aparecimento dos espaços de fluxos na sociedade capitalista determina uma nova concepção sobre o urbanismo, esta por sinal, estudada por alguns autores como Lévy (1999), Ascher (2010), Castells (2011) e outros. Não se trata de estudar somente um espaço territorializado, um lugar físico, mas sim incorporar o espaço virtual, o “ciberespaço”.

Os autores aqui tratados acreditam que as novas tecnologias da informação e os processos de transformação social daí decorrentes tiveram impactos significativos nas cidades e no espaço; principalmente no novo espaço de fluxos que domina e molda a sociedade em rede. Trata-se, portanto de uma organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos (CASTELLS, 2011).

Como decorrência da reprodução do capital (e do poder), um novo espaço tende a se criar em uma escala que transcende aquela do lugar, ligando os lugares à rede mundial como consequência da extensão do capitalismo, da ampliação do mundo da mercadoria e do aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho na busca de uma nova racionalidade de acumulação, baseada no emprego maciço do saber e da técnica no processo de produção material, bem como da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar

o espaço e os usos do espaço através do controle, da vigilância. Com isso, reproduz-se uma realidade imposta através da “utopia da tecnologia” que tende a programar e a simular o futuro para continuar realizando a acumulação (CARLOS, 2007, p. 42).

Foi com o advento da rede mundial de computadores, ou seja, internet, que os países menos desenvolvidos conseguiram implantar programas de inclusão digital objetivando maior acesso de pessoas carentes no uso da internet. Estes programas de inclusão digital e social, no entanto, apresentam formatos diferentes devido aos interesses governamentais envolvidos, ou seja, muitos programas dessa natureza mudam seus objetivos e diretrizes de acordo com mudanças governamentais.

No Brasil, a inclusão digital é definida como um aspecto essencial à acessibilidade de informações tanto governamentais e empregatícias, como também é vista como fator essencial para amenização das desigualdades de oportunidades, numa sociedade marcada pela má distribuição de renda (SILVEIRA, 2008).

Sabe-se, entretanto, que a inclusão digital não é obtida somente a partir da oferta do microcomputador ou de qualquer outro aparato tecnológico. A importância de se adotar medidas sociais e educativas torna-se fundamental para a inclusão digital. Assim,

“não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.238).

A inteligência coletiva “é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LÉVY, 2007, p. 28). Para Lévy (2007) “uma inteligência distribuída por toda parte” refere-se ao saber que se encontra na humanidade, onde cada pessoa acrescenta algo referente ao nosso contexto de vida. É uma “inteligência incessantemente valorizada”, pois não há uma resposta para tudo e as pessoas buscam conhecer mais para agir. É “coordenada em tempo real” porque há a participação do uso da internet como suporte de decisões permitindo uma contínua transformação no conhecimento. E “resulta em uma mobilização efetiva das competências”, ou seja, trata-se de valorizar a inteligência do outro.

No Estado da Bahia o programa que propõe a promover a inclusão digital e social é o Programa de Inclusão Sociodigital - PISD realizado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI. Este programa almeja a inclusão das pessoas desprovidas de infraestrutura básica¹ e infraestruturas sociais² nos acessos a tecnologia de comunicação e informação. Para a realização deste programa criaram-se Centros Digitais de Cidadania – CDCs.

Os CDCs buscam desenvolver nos alunos a conscientização de participar efetivamente de programas educativos e ações comunitárias. Trata-se, portanto de um espaço formador de cidadania, ou seja, os CDCs permitem um acesso direto às propostas, e às ações e de implantações realizadas pelo Governo para os usuários, que podem então comunicar-se e ter seus deveres de cidadão efetivos a partir da interação do Centro com os Órgãos Institucionais.

As ações realizadas nos CDCs estão voltadas principalmente para a formação pessoal, social, acadêmica e profissional de jovens e adultos; geração de trabalho e renda; participação e mobilização social; comunicação e articulação comunitária; expressão e ampliação de repertório cultural (BAHIA, 2007).

Deste modo, o objetivo geral deste trabalho é analisar o quanto o Centro Digital de Cidadania enquanto infraestrutura social repercute na vida das pessoas e na dinâmica urbana nas Regiões Administrativas I, II e XVII localizados no município de Salvador - Bahia. Os objetivos específicos são: a) localizar a cobertura dos Centros Digitais de Cidadania na cidade do Salvador; b) identificar se os CDCs escolhidos nas RAs I, II e XVII possuem projetos que envolvem as comunidades e são rentáveis; c) avaliar se os CDCs das RAs I, II e XVII garantem à população acesso as tecnologias de informação.

¹ A infra-estrutura básica é parte essencial da qualidade de vida dos cidadãos. E, portanto, deve constar de qualquer agenda que envolva discussão sobre metas sociais ao lado de temas como redução da pobreza, melhoria do padrão de vida, educação, saúde etc. Uma infra-estrutura adequada é uma condição necessária (embora não suficiente) para o desenvolvimento (IPEA, 2005, p. 7).

² Envolve, na verdade, um amplo conjunto de sistemas e suportes à vida cotidiana da população, notadamente no meio urbano, implicando em equipamentos e suportes físicos, na prestação de serviços e na sua gestão, seja a gestão de operação e manutenção desse equipamento, seja a gestão do sistema em termos espaço-temporais. [...] A infraestrutura social e urbana das sociedades complexas contemporâneas é resultado de um processo histórico no qual evoluiu o entendimento do que são os equipamentos e serviços sociais e urbanos, refletindo a própria evolução dos direitos humanos e sociais e das necessidades básicas socialmente construídas (IPEA, 2010, p. 23).

Para realização desse trabalho, adotou-se como procedimentos metodológicos a revisão e leitura de textos, livros e documentos oficiais sobre os assuntos relacionados à temática; o levantamento, sistematização e análise de dados disponibilizados pelos sites da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – SECTI; e a pesquisa *in loco* em quatro Centros Digitais de Cidadania: dois CDCs na RA I, um CDC na RA II e um CDC na RA XVII.

O estudo tem caráter descritivo e baseia-se em dados qualitativos e quantitativos. O principal material a ser analisado foi o Regimento Interno do CDCs, além de alguns relatórios oficiais e levantamentos com base em observação direta. As informações contidas neste estudo foram sintetizadas e organizadas em quadros, tabelas e gráficos.

O trabalho está organizado em capítulos. O primeiro corresponde a contextualização do “novo” pensamento urbanístico, o subitem trata da questão do urbanismo e o ciberespaço; o segundo capítulo identifica o papel das novas tecnologias de informação e comunicação na (re) produção do espaço urbano, descrevendo no subitem a questão do Brasil e as novas tecnologias de informação e comunicação. Por fim, no último capítulo descreve-se o Programa de Inclusão Sociodigital, analisando nos subitens os Centros Digitais de Cidadania visitados e os dados fornecidos pela SECTI.

O estudo visa conhecer a forma como o Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia, através da criação dos Centros Digitais de Cidadania espalhados pelo município de Salvador, impacta diretamente nas RAs que serão analisadas.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para o esclarecimento da importância e da função de se ter este tipo de infraestrutura social nas comunidades. Vale frisar que os elementos urbanísticos são cruciais neste esclarecimento, pois através de um olhar crítico para o espaço que este equipamento está inserido e as funções que esta infraestrutura social exerce, pode contribuir para uma melhor qualidade de vida dos moradores.

CAPÍTULO I

2 O “NOVO” PENSAMENTO URBANÍSTICO

A organização social presente nas distintas etapas da história humana sempre esteve interligada a sobrevivência humana, ao modo de produção e as tecnologias. As primeiras civilizações presentes na face da Terra viviam à base de uma agricultura simples que detinham como princípio a cooperação e que tinha nas tecnologias rudimentares a apropriação do poder e da transformação social. Com o surgimento do comércio passa-se a pensar não somente na produção rural, mas também na produção urbano industrial incorporando uma lógica de produção voltada para a geração de lucro, produtividade e acúmulo de capital (LADEIA, 2009).

O processo de urbanização ocorrido nos diversos países tem sido analisado por distintas concepções e abordagens teóricas, isso se deve ao fato das constantes mudanças ocorridas no espaço urbano. De um lado tem-se a crise do fordismo. De outro, se instaurou um novo modelo econômico baseado nas novas tecnologias de informação. Surgiram, portanto, novas relações socioeconômicas contribuindo de certa forma para as transformações nas diversas escalas territoriais. A cidade por sua vez passou por uma modificação e uma adaptação com o advento da eletrônica nas comunicações e da mecatrônica nas indústrias. Diante disso, é fundamental pensar a inserção das redes que se constituem em mais um elemento de efetivação do capitalismo e na distinção de como é construído e organizado o espaço (SANTANA, 2006).

As cidades se expressam diferentemente no tempo e no espaço, a partir dos processos sociais, econômicos e tecnológicos criados ao longo dos anos, determinando dessa maneira seu caráter complexo e dinâmico. Diante disso não há uma definição de cidade aplicada a todas as suas formas e manifestações (MUNFORD, 1998).

Segundo Palacios (2009) o conceito de cidade deve englobar fatores não econômicos e políticos. Para Weber (1966) apud Palácios (2009) é importante destacar algumas características conceituais sobre as cidades.

a) as cidades possuem dimensões não-econômicas; b) o papel da cultura é mais importante, na notória impessoalidade das cidades, do que a sua densidade populacional; c) para entender as cidades, é

preciso reconstruir as relações sociais, que são constituídas das relações inter-humanas, como também seu significado e o sistema de relações que dela decorre; d) as instituições existem como resultado do ato das pessoas; e) as relações sociais e as instituições são formas condensadas e econômicas de expressar atos conjuntos complexos de interações sociais; e f) tudo na cidade tende a se profissionalizar e que essa tendência está presente na constituição das cidades, que sempre se distinguiram de vilas e aldeias pela política econômica urbana que partia das corporações. Por isso, no entendimento do urbano, os conceitos políticos são tão importantes quanto os econômicos (WEBER, 1966 apud PALACIOS, 2009, p. 34).

Muitos autores, portanto, destacam a importância de se ter novas denominações para caracterizar este período de transformação no espaço. Assim, surgem várias expressões como:

“cidade informacional” (Castells, 1989), “cidade global” (Sassen, 1991), “metápole” (Ascher, 1995), “cidade pós-moderna” (Amendola, 1997), “metrópole desconectada” (Geddes, 1997), “cidade pós-fordista” (Dematteis, 1998), “pós-metropole” (Soja, 2000), “cidades em globalização” (Marcuse e Van Kemoen, 2000), “cidade dispersa” (Monclus, 1998) etc. Todas e cada uma dessas expressões contêm alusões a características do novo tipo de aglomeração urbana que estabeleceriam diferenças substantivas em relação ao tipo de cidade que prevaleceu até então (MATTOS, 2005, p. 342).

O espaço anteriormente dotado pela industrialização e reconhecido pelo uso da ciência e técnica passa a se articular a partir da década de 1970, através da informação no processo de produção. Este “novo” espaço tecnológico, portanto detém de uma interrelação entre a cidade e tecnologia, onde não se pode mais separar a tecnologia do contexto físico do mundo urbano contemporâneo (MARCHI, 2011).

As cidades não se caracterizam mais essencialmente como centros de manufatura, mas como centros de serviços e de informações. Uma cidade informacional, mas ainda industrial, na medida em que todos os avanços das técnicas ou das tecnologias que se tem presenciado nas últimas décadas se fizeram necessários para atender às demandas dos ciclos industriais de uma maneira mais rápida e eficiente (FIRMINO, 200?, p. 2).

Nota-se, portanto, um olhar mais crítico, principalmente dos profissionais urbanistas para o surgimento das chamadas cidades globais, um dos vetores mais importantes da globalização (PAULA, 2005).

A internacionalização da rede econômica mundial e das tecnologias de informação e comunicação é responsável pelos processos de mudança ocorridos nas últimas

décadas, um exemplo disso é o espaço. Ele passou de uma condição técnico-científico ao ciberespaço globalizado. O espaço denominado contemporâneo é caracterizado por ser virtual, múltiplo e dinâmico influenciado pelas novas tecnologias de informação e comunicação (PAULA, 2005).

De acordo com Castells (2011), a sociedade atual está inserida em torno de fluxos, sendo eles de ordem voltados para o capital, informação, tecnologia, interação organizacional, imagens, sons e símbolos. Ou seja, há uma nova forma espacial dominada pelas práticas da sociedade em rede: o espaço de fluxos. Castells define fluxo como sendo, “seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade” (CASTELLS, 2011, p. 501).

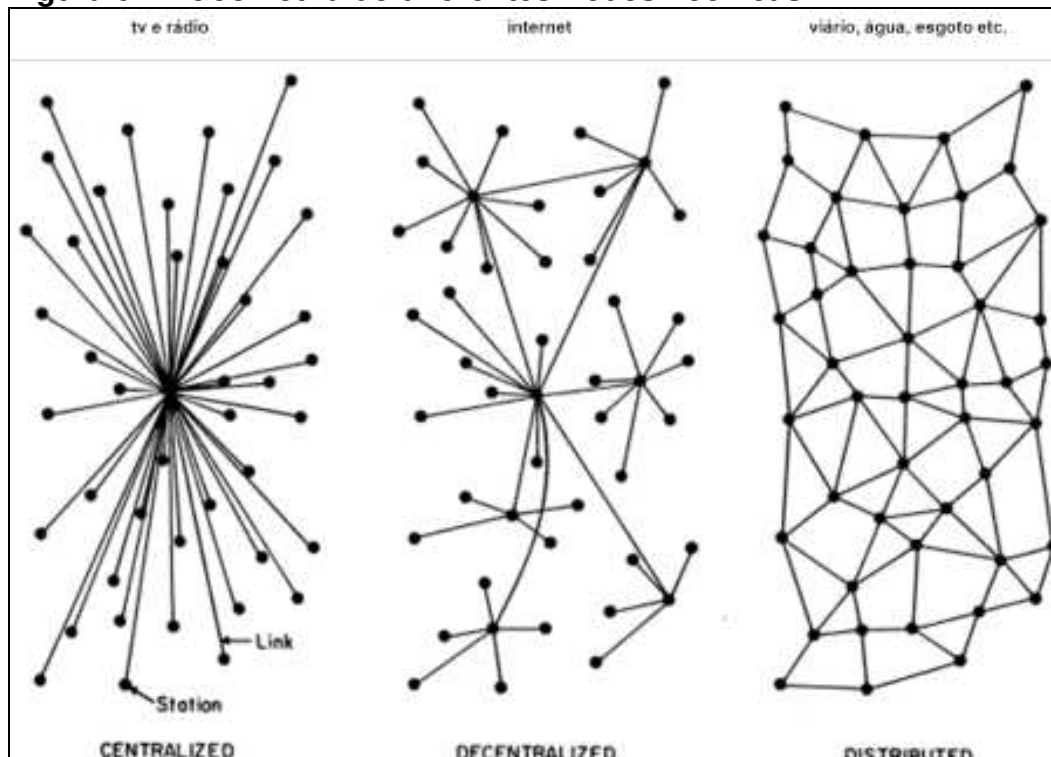
Os espaços de fluxos foram denominados por Lévy (1999) como ciberespaço, ou seja, um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Tendo como funções o acesso à distância aos diversos recursos de um computador e a transferência de dados (LÉVY, 1999, p. 95 - 96).

Para Castells (2011), três camadas determinam os espaços de fluxos. A **primeira** camada está baseada em um circuito de impulsos eletrônicos, ou seja, processamento computacional com base em tecnologias da informação. A **segunda** camada constitui-se por seus nós e centros de comunicação. E a **terceira** refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes que exercem determinadas funções no espaço articulado, ou seja, o autor trabalha com a ideia de **desterritorialização, descentralização e hierarquização**.

Para adentrar ao estudo das redes é importante entender o conceito e quais tipos de redes existem no espaço urbano. De acordo com Santos (2006) há duas divisões para conceituar rede. A primeira considera o seu aspecto **material**, o qual permite o transporte da matéria seja ela de energia ou de informação por todos os pontos de acesso. A segunda divisão conceitua o lado social e político, sendo, portanto, **abstrato**. Muitas redes podem ser vistas nas cidades, sendo elas ligadas a transportes, esgotamento, eletricidade, água, telefone, Tv a cabo, internet,

determinando na cidade um tipo de intervenção específica, podendo ser, centralizadora, descentralizadora ou distribuidora (ver figura 01) (SANTANA, 2006).

Figura 01 – Geometria de diferentes Redes Técnicas



Fonte: NAME, Leonardo. 2012

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação, sem ameaças ao seu equilíbrio (CASTELLS, 2011, p. 566).

Nas mais diversas interpretações sobre rede Castells (2011) afirma que todos estão envolvidos na rede digital agregando várias diversidades. Contudo é importante discutir que da mesma forma que a rede tem o papel de possibilitar a liberdade, ou seja, a autonomia, também tem o papel de “mascarar” algumas verdades deixando, portanto dúvidas quanto ao seu funcionamento, como exemplos temos, a rede de televisão, rede de saúde, rede de educação, rede de espionagem (BORGES, 2008).

Para Huxley (1969) a sociedade moderna está passando por um período de **controle** pela sedução midiática, condicionada para consumir e aceitar todas as **verdades** produzidas pelo **novo** espaço. Trata-se, no entanto, de um mundo da desagregação de valores e desapego dos laços pessoais.

A função das redes inicialmente estava ligada as pequenas relações, sendo consumida de modo limitado pelas pessoas satisfazendo suas necessidades locais. Já no segundo período o consumo se amplia, “o progresso técnico tem utilização limitada. O comércio é direta ou indiretamente controlado pelo Estado. [...] As redes buscam mundializar-se, e fisicamente o fazem, mas seu funcionamento é limitado” (SANTOS, 2006, p. 178-179).

Segundo Santana (2006), as redes evoluíram a tal modo que oportunizou as cidades novas formas de se comunicar e movimentar para além do espaço físico. As redes, portanto, tem capacidade de evoluir no que tange a quantidade, extensão e qualidade, apresentando um papel tanto social quanto econômico. Tem função social porque leva para uma maior parte da população acesso a rede e em termos econômicos contribuem para a fluidez de mercadorias, ideias e do próprio capital.

Ascher (2002) apud Naspolini (2009) destaca que o conceito de rede está imbricado nas mais diversas ciências, principalmente nas ciências urbanas, o qual é caracterizada como um paradigma, pois incorpora noções como complexidade, interdependência e fluidez.

No campo territorial, segundo ele, deve-se ter em conta os diversos tipos de redes que existem ou atuam espacialmente como as redes de comunicações, redes de empresas e redes de cidades, como uma influencia a outra e qual o papel de cada uma na conformação geral da rede urbana. Na cidade atual, a importância está na facilidade em passar de uma rede à outra, ou seja, a importância competitiva está nas interconexões (NASPOLINI, 2009, p. 73 – 74).

Alguns autores, no entanto, acham que o surgimento do ciberespaço está intimamente ligado a **decadência da ideia tradicional** da cidade. Para Fressoli (2001) apud Finquelievich (2009) há uma complexidade nas atuais cidades, como por exemplo, o crescimento da mancha urbana, a extensão da cidade além de seus limites, a interação das áreas urbanas e suburbanas que se unem e confundem. De acordo com Castells (2011) esta nova lógica espacial tem como característica modificar e reconstruir as funções da cidade.

Segundo Randolph (2000) apud Finquelievich (2009) há outro tipo de desaparecimento da cidade a partir do surgimento das **cidades-redes**. As cidades – redes por sua vez são caracterizadas pelas transformações e representações urbanas na qualidade de circulação de bens, mercadorias, serviços e pessoas no

âmbito da cidade, como também entre as cidades, “onde o movimento torna-se cada vez mais “virtual” (informacional ou imaterial) e os equipamentos urbanos telemáticos necessários, pouco alteram o ambiente construído” (FINQUELIEVICH, 2009, p. 8).

Com o surgimento de um novo espaço voltado para as novas tecnologias de informação e comunicação, Castells (2011) define a sociedade como informacional, global e em rede destacando assim o papel da reestruturação do capitalismo.

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais (CASTELLS, 2011, p.119).

Para Santana (2006) foi com o surgimento da Internet e da **utopia** de uma comunidade eletrônica universal baseada nas redes técnicas que definiu a ideia de uma rede **única, social e coletiva**. Esta generalização por sua vez deu margem a confusões e perda conceitual sobre redes.

Podendo ser vista como técnica, a rede, tem papel fundamental na organização do espaço tempo. Segundo Santana (2006), esta rede pode criar elementos espaciais sobre um território, assim como elementos que apresentam temporalidades diversas aos fluxos ou a ideia de supressão ou ampliação temporal, relativas às distâncias no território dependentes da matriz técnica.

Para Motta (2010) a rede que mais avançou no Brasil no século XX foi a de “informações e bens imateriais” denominada de redes eletrônicas. A que se destaca atualmente é a internet³ por possuir uma “arquitetura aberta”, ter um crescimento vertiginoso e caráter descentralizado na criação de conteúdo.

³ Alguns fatores contribuíram para o crescimento da internet: baixo custo para atividades acadêmicas, rapidez na troca de informações, oportunidade de comercialização nacional e mundial, além de outros benefícios. No Brasil, a Internet foi regulamentada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério da Comunicação, como sendo um serviço aberto a todos os interessados (MAXWELL, 2007, p. 17-18).

A Internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global. Assim como a difusão da máquina impressora no Ocidente criou o que MacLuhan chamou de ‘a Galáxia de Gutenberg’, ingressamos agora num novo mundo de comunicação: a Galáxia da Internet [...] Atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura (CASTELLS, 2003, p. 8).

O que se imaginava até então é que a internet fosse uma rede sem hierarquia. A especulação que se tinha não estava baseada empiricamente, ou seja, detinha-se a ideia do fim de distâncias, da ruralização da sociedade e do fim das cidades (MOTTA, 2010).

As novas tecnologias de informação e comunicação receberam mais destaque a partir da aprovação, pelo Conselho Europeu de Urbanistas – CEU, em um evento organizado na cidade de Atenas na Grécia em maio de 1998, da “Nova Carta de Atenas” (AZEVEDO, ARANTES, 2012).

O objetivo desta Carta foi reavaliar a de 1933, a qual estabelecia os princípios do urbanismo moderno, destacando as mudanças ocorridas ao longo do século XX. Foi previsto em 1998 que a cada quatro anos uma nova versão incorporaria as atualizações realizadas ao longo desse tempo. Mas esta periodicidade não ocorreu. A última atualização realizada foi em 2003 (AZEVEDO, ARANTES, 2012).

A Nova Carta de 2003 propunha analisar a “Cidade Coerente” integrando mecanismos coerentes e de interligação nas diferentes escalas e elementos de “coerência visual e material das construções, como os mecanismos de coerência entre as diversas funções urbanas, as redes de infraestruturas e a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação” (CEU, 2003, p. 5).

A justificativa dada pelo CEU (2003) para esta nova avaliação da Carta de Atenas é que houve uma significativa velocidade do desenvolvimento tecnológico, no início do século XXI, baseada principalmente na procura, inovação e difusão das novas tecnologias de informação e comunicação.

Ainda que estes nobres objectivos ultrapassem a esfera do mandato do urbanista, a cidade coerente do séc. XXI deverá procurar também a maior diversidade de oportunidades, de escolhas económicas e de

emprego para todos os que nela habitam e trabalham, e deverá assegurar um melhor acesso à educação, à saúde e ao maior número de equipamentos possível. Enfim, novas formas de estruturas sociais e econômicas virão corrigir as grandes disparidades sociais, causas da exclusão, da pobreza, do desemprego e criminalidade e proporcionar o novo quadro de vida necessário à correção daqueles desequilíbrios (CEU, 2003, p. 6).

Portanto, este espaço urbano dotado de infraestrutura de informação e comunicação tornou-se um objetivo e papel do Estado. A inserção destas novas tecnologias no espaço urbano favorece na construção de novas realidades e na valorização deste espaço (PAULA, 2005).

Apesar de se trabalhar com a ideia de espaços de fluxos é importante ressaltar que a infraestrutura que a internet se baseia e que é imperceptível para a sociedade, está bem alicerçada no espaço territorializado. Sendo, portanto, muito cara na implantação e sujeita a um regime concorrencial feroz entre as poucas e grandes empresas de telecomunicação (MOTTA, 2010).

Para Dias (2011) as novas tecnologias de informação e comunicação que impulsionaram a criação do ciberespaço, foram fatores cruciais para o processo de aceleração do tempo e da redução das distâncias. Este Ciberespaço é “uma profunda e revolucionária alteração da vida em sociedade, com novas formas de relacionamento, intercâmbio e percepção do espaço-tempo” (DIAS, 2011, p. 4).

Dessa forma, a relação entre cidades e ciberespaço para Lévy (1999) está vinculada em quatro categorias: **a primeira** baseia-se na analogia feita entre cidades reais e as cidades virtuais, com base em reproduzir a cidade real em uma cidade virtual; **a segunda** diz respeito em substituir as funções da cidade pelos recursos que a tecnologia fornece, um grande exemplo é deixar de trabalhar presencialmente para trabalhar on-line; **a terceira** categoria trata-se de integrar as redes de comunicação à infraestrutura existente (telefonia, transportes, águas, esgoto etc); **por fim** articular o espaço do território com a da inteligência coletiva, pois será imprescindível para a continuação da cibercultura.

Tratando-se da inteligência coletiva vale frisar que no cenário urbano brasileiro atual Mitchell (2002) aponta a questão de que no Brasil ainda se pensa na “exclusão social e digital” e nos países mais desenvolvidos esta preocupação está voltada exclusivamente para a “exclusão digital”. O autor esclarece que “não precisamos

“apenas” construir a infra-estrutura da cidade virtual. Aqui necessitamos também cuidar da própria construção – ou no melhor dos casos, da conclusão - da infra-estrutura da cidade real” (MITCHELL, 2002, p.12).

As novas tecnologias de informação e comunicação para Lemos & Costa (2007) devem ser incluídas a partir de questionamentos e discussões.

Se incluir é dar acesso a computadores proprietários com softwares “primitivos”, se incluir é treinar para exercer a sua mecanização eficaz no trabalho, como e por que a sociedade civil deve ser incluída? Incluir para quê e para quem? Em uma sociedade como a nossa, onde a inclusão é ainda uma meta e uma utopia em todos os campos sociais (saúde, moradia, saneamento, iluminação, etc.), será que podemos medir a inclusão digital pelo número de computadores per capita, pelo número de internautas e outras estatísticas do gênero? Mais uma vez, incluir aqui significa adaptar, moldar e formar indivíduos capazes de manipular programas e sistemas operacionais que poderão estar superados daqui a alguns meses. Incluir é adaptar? (LEMOS; COSTA, 2007, p. 40 – 41).

Para Borges (2008) em uma sociedade que o poder e a riqueza dos três setores dependem da geração de informação é necessário investir na educação com o objetivo de se alcançar o progresso. E o ciberespaço deve ser utilizado para melhorar o território, tornando os indivíduos, “cidadão por inteiro” (LÉVY, 1999).

A tecnologia faz com que, através da desigualdade de acesso à informação, se ampliem as diferenças sociais. Simultaneamente se tem, de um lado, aumento de produtividade e desenvolvimento tecnológico, e de outro, desigualdade social, concentração de renda e, em consequência, exclusão social (CASTELLS, 1999 apud BORGES, 2008).

Como lidar com a exclusão digital no Brasil que detém uma parcela significativa de pobreza e analfabetismo, é o grande questionamento que deve ser analisado. Há possibilidades de minimizar o analfabetismo e a pobreza a partir do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, para isso, será necessário, portanto, fornecer bases no intuito de desenvolver habilidades, criatividade e melhor exercício de cidadania (LEMOS; RIGITANO; COSTA, 2007).

A necessidade de se adotar políticas públicas de inclusão digital no Brasil se deu a partir das discussões realizadas nas últimas décadas do século XX sobre a implantação do Programa Sociedade da Informação – SOCINFO, por meio do decreto federal 3.294 de 15 de dezembro de 1999. Os participantes demonstraram nestas discussões interesses envolvendo a minimização da desigualdade de acesso

as tecnologias de informação e comunicação, adotando como processo norteador programas e projetos de inclusão digital. A justificativa dada nas discussões estava alicerçada na afirmação de que a exclusão digital é um dos motivadores para o aumento da desigualdade social da população de baixa renda, por estar em uma situação de vulnerabilidade social e com pouca participação da população nos direitos de cidadania, por concentrar especialmente nas periferias das grandes cidades. Contudo, é importante salientar que o processo de exclusão social deve ser compreendido a partir de um olhar mais abrangente de reprodução de diferentes contextos sociais, econômicos e culturais construídos ao longo dos anos (LADEIA, 2009).

A implantação do SOCINFO obteve três linhas de ações. A primeira destinada ao mercado, ao trabalho e às oportunidades a partir da oferta de novos trabalhos com o uso das tecnologias de informação e de comunicação; a segunda linha visava a universalização de serviço e promoção da cidadania a partir de projetos; a terceira linha vincula-se a educação na sociedade em rede (BORGES, 2008).

Além de Mitchell (2002) explicar o assunto dos dois tipos de exclusão, ele analisa a não contemplação dos instrumentos de gestão urbana nas novas tecnologias de informação no espaço urbano,

O Estatuto da cidade, em vigor desde 2001, seguramente é um instrumento importante para ajudar a reforma urbana do Brasil, mas também é um instrumento atrasado, por não contemplar saídas para os impactos trazidos pela tecnologia da informação (MITCHELL, 2002, p. 13).

As novas tecnologias de informação segundo Lévy (1999) precisam ser valorizadas nos âmbitos da cultura, das competências, dos recursos e projetos locais e também na participação social. Ou seja, é preciso combater a desigualdade e a exclusão a partir do “ganho em autonomia” de todas as pessoas e grupos envolvidos.

Diante disso, o ciberespaço tem o papel de servir principalmente na reconstituição da sociabilidade urbana, na autogestão da cidade por seus habitantes e no controle real dos equipamentos coletivos, em vez de descartar a diversidade concentrada, as aproximações físicas e os encontros humanos que são considerados atração das cidades (LÉVY, 1999).

Destarte não se pode continuar a pensar inclusão digital com uma só vertente de treinar as pessoas, através de cursos de informática básica ou de formação técnica. É essencial que as pessoas busquem também informações na internet com o objetivo de refletir e aprofundar suas concepções de uso das informações (LADEIA, 2009).

Segundo o Ministério das Comunicações, a inclusão digital no Brasil objetiva o exercício da cidadania, porém só é possível quando há a interação dos processos de escolha e de autonomia do cidadão com as Tecnologias de Informação e Comunicação, ou seja, equipamentos, ferramentas, conteúdos e aplicativos os quais dispõe de acesso a informação e comunicação (BRASIL, 2013).

Vale ressaltar que a cidadania não somente é construída a partir do acesso as tecnologias digitais, mas também deve ser compreendida como espaço de luta para a participação política no intuito de obter uma sociedade mais justa e igualitária (LADEIA, 2009).

Existem três eixos de atuação que permitem o uso da internet e de outras tecnologias de informação e comunicação, sendo eles: a disponibilização de acesso às tecnologias de informação e comunicação, ou seja, ofertas de equipamentos, de sinal e internet; o incentivo ao desenvolvimento; e a capacitação da população e dos profissionais interessados nas tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2013).

Vale frisar que há em larga escala o analfabetismo educacional e o analfabetismo tecnológico, mas não se deve pensar em uma política pública de inclusão social que priorize um tipo de analfabetismo em relação a outro. Dessa forma é crucial “promover a inclusão digital aliada à inclusão social, envolvida com a educação, com a saúde, com a cultura e no acesso a documentos e a serviços que se pode fazer muito bem com a inclusão digital” (OLIVEIRA, 2008, p. 144).

Para Ladeia (2009) a inclusão digital só será efetiva quando houver uma formação mais ampla, ou seja, preparar as pessoas não somente como usuárias das tecnologias, mas como cidadãs. Este, entretanto, é um ponto que carece de maiores aprofundamentos.

2.1 O URBANISMO E O CIBERESPAÇO

A rede mundial de computadores com todo seu aparato tecnológico digital na base da produção, do armazenamento, da recuperação e da disseminação de informações, modela o que Lévy (1999) chama de “ciberespaço”, o que Ascher (2010) denomina de “sociedade hipertexto” e o que Castells (2011) acredita ser o “espaço de fluxos”. Apesar de terem formações distintas, estes três autores apresentam algo em comum, que é o de discutir o papel do urbanismo fortalecendo a importância de novas ferramentas para os desafios impostos na sociedade (AMÂNDIO, 2011).

Estas novas ferramentas provocam e tornam essenciais as mudanças principalmente “na concepção, na produção e na gestão das cidades e dos territórios; elas trazem ao debate mais atual uma nova revolução urbana moderna, a terceira depois daquelas da cidade clássica e da cidade industrial” (ASCHER, 2010, p. 8).

Ascher (2010) acredita, portanto, em um “neourbanismo” o qual se evidencia a individualização gerada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. O autor busca “solucionar” este problema da individualização a partir de um urbanismo que suscita a precaução, que seja flexível, reflexível, aberto, negociado enriquecendo o espaço local (ASCHER, 2010).

Essa relação individualizada com a sociedade é um padrão de sociabilidade específico, não um atributo psicológico. [...] É sustentada (mas não produzida) pelos novos padrões de urbanização, à medida que subúrbios e condomínios de luxo ainda mais afastados proliferam, e a desvinculação entre função e significado nos microlugares das megacidades individualiza e fragmenta o contexto espacial de existência. [...] O novo padrão de sociabilidade em nossas sociedades é caracterizado pelo individualismo em rede (CASTELLS, 2003, p. 108).

Ascher (2010) em sua obra “Os Novos Princípios do Urbanismo” faz de modo didático uma contextualização das três revoluções urbanas denominadas por ele como: Comunidade, Sociedade Industrial e Sociedade Hipertexto (ver quadro 01).

Quadro 01 – Dinâmica da Modernização Ocidental e do Contexto das 3 Revoluções Urbanas Modernas

	Comunidade	Sociedade Industrial	Sociedade Hipertexto
Elos Sociais	- Pouco numerosos; - Curtos; - Não diversificados; - Estáveis; - Fortes; - Multifuncionais	- Pouco numerosos; - De vários tipos; - Evolutivos; - Fortes; - Em vias de especialização	- Muito numerosos; - Muito variados; - Diretos; - Frágeis; - Especializados
Tipo de Solidariedade	- Mecânica	- Orgânica	- Comutativa
Espaço das Relações Sociais	- Fortemente autárquicos; - Fechados; - Centrados no local	- Integrados em um conjunto mais amplo; - Entreabertos; - Base nacional;	- Abertos; - Múltiplos; - Mutáveis; - Escalas variáveis; - Reais; - Virtuais
Morfologia Socio-territorial	- Alveolar	- Aureolar	- Reticular
Paradigmas Dominantes	- Crenças; - Tradição; - Continuidade; - Destino; - Força; - Autoridade; - Sabedoria	- Razão universal; - Funcionalidade; - Simplificação; - Especialização; - Democracia representativa	- Complexidade; - Incerteza; - Auto-regulação; - Flexibilidade; - Governança
Ações	- Repetitivas; - Rotineiras	- Racionais	- Reflexivas
Principais Regulações	- Costumes; - Chefe	- Estado; - Leis	- Sistemas estatais; - Subsidiariedade; - Direito e contratos; - Parcerias; - Opinião Pública
Atividades Econômicas Dominantes	- Agrícolas	- Industriais	- Cognitivas
Cultura	- Predominantemente local	- Fortes componentes sócio-profissionais	- Diversificada; - Híbrida
Tipo Urbano Dominante	- Cidade-mercado	- Armadura urbana; - Hierarquizada; - Cidades Industriais	- Sistema Metropolitano
Instituições	- Paróquias; - Cantões; - Departamentos; - Estado-nação	- Conselhos; - Departamentos; - Administração centralizada; - Estado-nação; - Providência; - Pactos; - Alianças; - Tratados	- Aglomerações; - Países; - Regiões; - Estado-nação; - Providência; - Organizações Internacionais e supranacionais; - ONGs

Fonte: ASCHER (2010). Elaboração própria, 2013.

Como este quadro demonstra, há uma forte influência de A Divisão Social do Trabalho de Émile Durckheim no esquema de Ascher (2010).

Portanto, segundo estes autores, o Urbanismo é um dos campos importantes para se estudar as redes. De acordo com Silva (2007) a cidade pode ser pensada como rede de fluxos e processos, isso se deve ao processo de industrialização, que culminou com o “crescimento populacional urbano e ampliação do tamanho das cidades em várias partes do mundo” (SILVA, 2007, p. 13).

Ascher (2010) afirma que a “terceira revolução urbana moderna” denominada “neourbanismo” pode ser caracterizada em cinco grandes mudanças. Estas são: “a metropolização⁴, a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade, a formação do espaço-tempo individual, a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais, e as novas relações de risco” (ASCHER, 2010, p. 62).

Este autor, neste mesmo trabalho articula 10 princípios sobre o “neourbanismo”, são eles:

1. Elaborar e manejar projetos urbanos em um contexto incerto. Da planificação urbana à gestão estratégica. O novo urbanismo está apoiado em atos mais reflexivos, os quais estão adaptados a uma sociedade complexa. “Derruba a antiga cronologia que encandeava o diagnóstico, a identificação das necessidades e a elaboração eventual dos cenários, a definição de programa, o projeto, a realização e a gestão” (ASCHER, 2010, p. 83).

2. Priorizar os objetivos em relação aos meios. Das regras existentes às performances. Este princípio busca a especialização dos objetivos e dos resultados a serem alcançados. Também “incentiva os atores públicos e privados a encontrar modalidades de realização desses objetivos, os mais eficientes para a coletividade e para o conjunto de agentes” (ASCHER, 2010, p. 84).

3. Integrar os novos modelos de resultado - Da especialização espacial à complexidade da cidade de redes. Ascher (2010) defende a ideia de haver uma

⁴ “Uma metápole é o conjunto de espaços no qual tudo ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metrópole constitui geralmente uma só bacia de emprego, de habitat, de atividades. Os espaços que compõem uma metápole são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos. Uma metápole compreende ao menos algumas centenas de milhares de habitantes. [...] As metápoles se formam a partir de metrópoles pré-existentes muito diversas e integrantes de um conjunto heterogêneo de espaços novos, são elas mesmas necessariamente muito variadas. Elas são mono ou polinucleares, mais ou menos aglomeradas ou dispersas, heterogêneas, polarizadas ou segmentadas, densas ou extensas; elas seguem dinâmicas de crescimento radio-concêntricas, tentaculares, lineares, em ‘cachos’, ou ainda em ‘metástase” (ASCHER, 1995, p. 34).

integração de novos modelos, principalmente de produtividade e gestão, podendo ser modelos das ciências administrativas, tecnologias da informação e comunicação. O novo urbanismo “não busca simplificar realidades complicadas e se esforça, antes de tudo, em dar conta de territórios e situações complexas. Sua performance e sustentabilidade são obtidas pela variedade, flexibilidade e capacidade de reação” (ASCHER, 2010, p. 85).

4. Adaptar as cidades às diferentes necessidades - Dos equipamentos coletivos aos equipamentos e serviços individualizados. O neourbanismo e os serviços públicos urbanos precisam considerar o processo de individualização, característica da atual sociedade. Dessa forma, são encontrados novos dispositivos denominados complexos, com o objetivo de abrir a alternativa de escolha aos cidadãos, sendo capazes de utilizar novos tipos de serviço adaptados a uma grande diversidade de situações. Um exemplo dado por Ascher (2010) é o sistema que incorpora “graças a um uso intensivo dos transportes e telecomunicações, centros hospitalares que reúnam todas as especialidades com um alto grau de especialização, hospitais-dia, assistência em domicílio, serviços de ambulatorios, centros de saúde” (ASCHER, 2010, p. 88). Outro exemplo são os ditos “centros de mobilidade”, que “coletam e colocam à disposição dos usuários informações em tempo real sobre o horário dos transportes coletivos, a disponibilidade dos táxis, dos transportes de aluguel, dos estacionamentos, os problemas do tráfego, as tarifas etc” (ASCHER, 2010, p.88).

5. Conceber os lugares em função das novas práticas sociais - Dos espaços simples aos espaços múltiplos. O crescimento de implantações de infraestruturas e equipamentos favorecem uma agregação de intervenções nos âmbitos públicos e privados, sob formas variadas de parcerias, concessões e prestações cruzadas de serviços. As novas tecnologias de informação e comunicação permitem, por exemplo, “desassociar a produção, o transporte e a distribuição dos diversos fluidos (água, eletricidade, telefone), [...] através da internet, elas criam novos tipos de quase espaços públicos “virtuais”, que penetram no âmago de lares e empresas” (ASCHER, 2010, p. 89).

6. Agir em uma sociedade fortemente diferenciada - Do interesse geral substancial ao interesse geral modulado. Para Ascher (2010) a sociedade

denominada “hipertexto”, “confronta o neourbanismo com uma diversidade complexa de interesses e com uma complexidade de desafios que dificilmente podem se materializar em interesses coletivos estáveis e aceitos por todos” (ASCHER, 2010, p. 91).

7. Requalificar a missão do poder público - Da administração à regulação. O novo urbanismo tem como característica construir os problemas caso a caso, e efetuar respostas diferenciadas para cada situação. “O neourbanismo privilegia, portanto, a regulação em detrimento da administração” (ASCHER, 2010, p. 93).

8. Responder à variedade de gostos e demandas - De uma arquitetura funcional a um desenho urbano atraente. O novo urbanismo aproveita a “variedade arquitetônica e de formas urbanas para fabricar cidades diversificadas, ampliar as possibilidades de escolha, tornar possíveis as mudanças na escala metropolitana” (ASCHER, 2010, p. 94-95).

9. Promover uma qualidade urbana nova - Das funções simples a um urbanismo multissensorial. “Desenvolve um enfoque funcional muito mais fino, considerando a complexidade e a variedade das práticas urbanas, e respondendo a elas através de soluções multifuncionais” (ASCHER, 2010, p. 95).

10. Adaptar a democracia à terceira revolução urbana - Do governo das cidades à governança metropolitana. O novo urbanismo enfrenta grupos sociais variados, indivíduos de diversas origens, territórios social e espacialmente heterogêneos, “uma vida associativa prolífera, porém, efêmera, o enfraquecimento dos mediadores locais encarnados pelos educadores, padres, comerciantes de bairro, zeladores etc.” (ASCHER, 2010, p. 96).

Segundo Koolhaas (1995) apud Silva (2007) o novo urbanismo pode se tornar menos grave, mais leve e mais ideológico, “aceitar o que existe, ser partidário da cidade, pois ela é o que resta” (KOOLHAS, 1995 apud SILVA, 2007, p. 15).

Silva (2007) destaca um problema que vem ocorrendo devido à falta de práticas do urbanismo integrador em detrimento do urbanismo fragmentador. A autora questiona: “o que será das cidades (aqui consideradas como um “todo”) no contexto de fragmentação que freqüentemente acompanha o fenômeno da globalização e desregulamentação dos setores financeiros?” (SILVA, 2007, p. 43).

Algumas estratégias de resistência foram mencionadas por Silva (2007) a partir de políticas de representação do espaço urbano (ver quadro 02).

Quadro 02 – Estratégias de Resistência

a. Afirmação da qualidade “pública” do urbanismo contemporâneo, com o objetivo de não ser condescendente com a idéia de controle social, possibilitado e potencializado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).	d. Resistências dos grupos-alvo dos sistemas de segurança, a partir da descoberta da localização de pontos cegos, inacessíveis às câmeras. O panopticismo apresentando os seus limites.
b. Movimentos sociais de resistência à retirada, expulsão e controle de pessoas nas áreas de proteção e segurança. Como exemplo, a volta de ambulantes e moradores para as áreas centrais de algumas grandes cidades que passaram por processos de requalificação urbana e gentrificação.	e. Negação das políticas de representação da cidade impostas pelas grandes corporações, governos ou usuários/clientes dos enclaves de segurança. Moradores de áreas informais já começam a lutar contra qualificações de retrocesso, ignorância e perigo vinculadas às suas áreas de moradia.
c. Passeatas e eventos que já acontecem ao redor do mundo também são focos de resistência, a exemplo dos ocorridos em Seattle (1999) e Washington (2000).	f. Formas de interação social independentes que ocorrem fora dos padrões de comportamento impostos pelos espaços controlados. Surgem movimentos contra a instalação de câmeras em locais públicos e outras exigências relativas aos direitos civis.

Fonte: SILVA, 2007. Elaboração própria, 2013.

Percebe-se no quadro 02 certo cuidado de Silva (2007) ao levantar seu ponto de vista a cerca do uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Assim como, ao exemplificar os movimentos sociais como parte crucial para a construção do urbanismo integrador.

CAPÍTULO II

3 O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Pode-se compreender a sociedade da informação como uma etapa de desenvolvimento social que objetiva a capacidade de obter e compartilhar qualquer informação momentaneamente para qualquer lugar e pessoa, a ponto de não haver necessidade de aproximação física ou real. Esta nova etapa na sociedade de informação também tem efeito na maneira como o cidadão contemporâneo experimenta o espaço urbano através dos interesses, hábitos, expectativas e na construção de significados aos espaços urbanos (DARODA, 2012).

Dentre as mudanças do século XXI destaca-se o papel das novas tecnologias de informação na (re) produção do espaço urbano. Para Ellin (2006) apud Daroda (2012) o urbanismo deve ser pensado em redes, relacionamentos e conexões, interdependência, transparência, fluxo e fluidez. É preciso pensar,

na reintegração do espaço e na busca pela integração entre noções convencionais de urbanismo para produzir novos modelos para a cidade contemporânea, na integração de diferentes etnias, idades, habilidades e tecnologias para realizar uma nova integração e enriquecer o futuro (DARODA, 2012, p. 13).

O espaço urbano para Corrêa (1995) nada mais é do que um conjunto de usos distintos da terra sobrepostos entre si, ou seja, trata-se de definir áreas como o centro da cidade, das áreas industriais e residenciais, das áreas de lazer etc.

Para este autor existem agentes sociais (promotores) que tem o poder de produzir o espaço urbano, são eles: **os proprietários dos meios de produção, principalmente os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluídos.**

O mesmo autor aborda as funções que cada agente promotor ocupa no espaço urbano. Os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais se destacam por serem grandes consumidores do espaço. Eles buscam locais com terrenos amplos e baratos e mais do que isso, infraestrutura de fixos com o objetivo de aperfeiçoar a produção (portos, estradas, linhas férreas etc); os proprietários fundiários atuam no intuito de obter grandes possibilidades de renda sobre a terra;

os promotores imobiliários buscam através da realização parcial ou total das seguintes ações: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização ter um preço de venda cada vez maior, ampliando significativamente a exclusão das camadas populares; o Estado atua em três formas, sendo a primeira atuando diretamente no espaço urbano através das políticas de investimentos, a segunda atuando indiretamente através das legislações e por fim como distribuidor de renda; os grupos sociais excluídos são aqueles que não têm condições rentáveis para pagar o aluguel de habitação digna e nem comprar um imóvel (CORRÊA, 1995).

Com o surgimento das novas tecnologias de informação, os agentes promotores incorporam novos elementos cruciais para a reprodução do espaço urbano. Segundo Nascimento & Santos (2003), os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais têm em mãos um novo instrumento que ajuda na tomada de decisões a respeito dos terrenos que serão comprados. Este instrumento de desenho é o Cad.

O CAD torna-se uma ferramenta essencial na atividade da empresa, mas como todos os concorrentes dispõem da mesma tecnologia e a forma com que é usada não é inovadora, não se constitui numa estratégia competitiva capaz de promover o futuro da empresa (NASCIMENTO; SANTOS, 2003, p. 74).

Os proprietários fundiários ganham o apoio das geotecnologias permitindo a espacialização dos dados e informações (CARDOSO; SOUZA; MENEZES, 2011). Os promotores imobiliários estão cada vez mais incorporando as novas tecnologias para atrair as pessoas com o intuito de lucrar e deixando a cidade cada vez mais segregada.

As excelentes localizações das moradias e o uso expressivo de automóveis pelos segmentos de alto poder aquisitivo que optam pela auto-segregação também devem ser avaliados como elementos constitutivos da fragmentação socioespacial, sobretudo, pela promoção de um elevado nível de acessibilidade ao conjunto dos equipamentos urbanos (POZZO, 2008, p. 28).

O Estado também se beneficiou com a entrada das novas tecnologias de informação e comunicação. Segundo Prado (2009) há atualmente no cenário brasileiro a presença em alguns municípios do “governo eletrônico” E-GOV.

A partir das definições mais freqüentes encontradas na literatura, em um primeiro momento, o que poderia distinguir o governo eletrônico de outras formas possíveis de uso das TICs seria o uso intensivo da Internet e das tecnologias computacionais ocorridos nas últimas duas décadas. O conceito, no entanto, ultrapassa claramente essa dimensão, porque em sentido amplo os governos sempre fizeram uso, em maior ou menor escala, das tecnologias disponíveis em seus processos internos ou na interação com a sociedade. Não parece, portanto, muito indicado associar governo eletrônico apenas ao uso das modernas TICs, nem tampouco expandi-lo ao provável surgimento de uma nova forma de governo (PRADO, 2009. p. 32).

Para o grupo social excluído as novas tecnologias de informação e comunicação juntamente com o aparecimento do ciberespaço foram fatores cruciais para as possíveis articulações democráticas. Segundo Castells (2003) essas articulações democráticas são identificadas como mobilização típica dos diversos movimentos sociais do século XXI e que são exercidas no espaço virtual, denominado ciberativismo. Os movimentos sociais se configuram como:

[...] ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, [que] manifestam-se na e pela Internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas. O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques (CASTELLS, 2003, p. 115).

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, outras funções realizadas no espaço urbano são analisadas por inúmeros autores. A casa que detinha o papel de habitação, lugar de descanso, passa a ter outra função, comercial (lan-house). A rua também se configura, o lugar de encontro passa a ter a função de lugar de transição (COSTA; ALMEIDA, 2008).

A casa e rua passam assim a ter uma nova funcionalidade diante das novas tecnologias, e que nos orienta a analisar o espaço urbano sob outras óticas. No passado a rua era quase uma extensão da casa, onde os vizinhos se conheciam. Hoje, muito pelo contrário, os vizinhos se encontram virtualmente para marcar encontros pessoais, e quando esses encontros pessoais não são possíveis acontecem por meio de videoconferências, revelando que há um novo modo de a sociedade produzir o espaço, um novo modo de sociabilidade, enfim, um novo modo de vida (COSTA; ALMEIDA, 2008, p. 7).

Castells (2011) também questiona como estas tendências afetam as cidades. O autor demonstra que houve um aumento significativo dos teletrabalhos, ou seja,

trabalho realizado em casa, contudo deixa claro que não há um fim do escritório, mas diversificação dos locais de trabalho. Assim como o uso de telebancos se difundiu com rapidez, contudo não desapareceu as agências bancárias.

Essa é outra tendência claramente identificável em Salvador, onde os bancos de varejo possuem inúmeras pequenas agências espalhadas pela cidade. Apesar de o seu número aumentar, o número de funcionários diminui e existe uma clara pressão a favor do uso dos sistemas de caixas eletrônicos para as mais diversas operações bancárias, inclusive com incentivo de redução de tarifas pagas pelos serviços prestados (SILVA, 2007, p. 48).

Os serviços de saúde e as Universidades também segundo Castells (2011) possuem aparato do uso das tecnologias de informação.

O que está surgindo, porém, nas universidades de qualidade é a combinação do ensino on-line à distância com o ensino in-loco. Isso significa que o futuro da educação superior não será on-line, mas em redes entre nós de informática, salas de aula e o local onde esteja cada aluno [...] alguns segmentos das sociedades de todo o globo, por ora concentrados nos estratos profissionais superiores, interagem entre si, reforçando a dimensão social do espaço de fluxos (CASTELLS, 2011, p. 487).

Segundo Floeting (2004) apud Silva (2007) outras tendências no que tange as relações urbanas a partir da intensificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação podem ser avaliadas (ver quadro 03).

Quadro 03 – Novas Tendências a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação

<p>a. Algumas aglomerações perdem importância ante a ubiquidade dos acessos via Internet, pois certos serviços podem ser solicitados de qualquer computador com acesso à rede digital. Existem, portanto, tendências à desconcentração espacial em alguns lugares. Por outro lado, a centralidade ainda será importante em muitos lugares.</p>	<p>c. Integração do global com o local. Empresas operarão globalmente e localmente. Grandes corporações, apoiadas nas redes digitais de informação e comunicação, integram as suas unidades locais estrategicamente em uma rede global, o que também é possibilitado pela maior mobilidade dos seus membros e funcionários, equipados com <i>notebooks</i>, <i>palm tops</i>, telefones celulares e outros dispositivos.</p>
<p>b. O endereço como uma característica do lugar também perde importância para combinações de endereços digitais e materiais. Mesmo lugares periféricos podem estar bem situados em termos de conectividade digital. Combinar características de lugares físicos e digitais pode mudar os padrões de acessibilidade.</p>	<p>d. Disparidades espaciais podem ser exacerbadas pelas tecnologias digitais. Áreas altamente conectadas às redes digitais geralmente reúnem populações com poder econômico e maior desenvolvimento social.</p>

Fonte: SILVA, 2007, p. 17-18. Elaboração própria, 2013.

O surgimento das novas tecnologias de informação propiciou nas cidades a criação de telecentros. Os telecentros são equipamentos urbanos que possuem no seu ambiente, computadores conectados à Internet para uso comunitário, sendo muitas

vezes, utilizado gratuitamente. Trata-se de um espaço dedicado ao aprendizado e principalmente de inclusão digital (PAULA, 2005).

Outro exemplo crucial obtido a partir do surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação são os recursos do Google Maps – Street View e do Google Earth que tem como finalidade disponibilizar a partir de vistas panorâmicas algumas áreas do mundo a partir do nível do solo. Com estes novos recursos é possível realizar visitas virtualmente nas mais diversas cidades sem deixar fisicamente o nosso ambiente (SMANIOTTO; SCHMITZ, 2013).

Os mapas digitais é uma das formas de perceber o espaço urbano, os quais enriquecem não apenas a relação espaço-mobilidade, mas também direcionam seu olhar para as dinâmicas sociais. Para Leite (2011) as novas tecnologias de informação e comunicação contribuem para

a coleta de dados variados sobre o meio-ambiente urbano - como a oferta de transportes públicos, os índices de poluição, a presença congestionamentos - que, reunidos numa base de informações facilmente atualizável e partilhada, permitem de reduzir a “distância cognitiva” entre as diferentes facetas da cidade. Apresentadas sob a forma de cartas manipuláveis e interativas, tais informações podem influenciar as práticas dos espaços de proximidade, criando outras formas de estar junto (LEITE, 2011, p.07).

O ciberespaço não altera apenas a natureza do espaço, mas dimensiona também o sentido da presença demonstrando um novo campo para experiências. Esta oportunidade de se encontrar presente no campo da experiência só é possível quando o espaço virtual está conectado, interligado, pela tecnologia, ao espaço físico. Portanto para estar no ciberespaço é necessário ter dispositivos tecnológicos como computadores, ter acesso as redes para conectar o mundo físico ao mundo virtual (DARODA, 2012).

Os espaços livres e públicos sejam eles, praças, parques que detenham tecnologias, vão continuar sendo os mesmos espaços públicos, mas “transformados pela territorialidade informacional emergente e adequados aos novos usos e usuários da cidade e do contexto contemporâneo” (DARODA, 2012, p. 51). “Não está em pauta aqui o abandono da cidade física pela cidade virtual, mas propiciar a sinergia entre o espaço de fluxos planetário e o espaço de lugar das cidades “reais”” (LEMOS, 2004, p. 2).

Há também autores que tratam do tema do espaço urbano e o ciberespaço com uma visão mais crítica. Um deles é Virilio (1993) o qual destaca que com o advento dos televisores a cabo transformaram os apartamentos dos usuários em “central de acontecimentos mundiais” (VIRILIO, 1993, p. 13) além de transmissões via satélite, da internet, da telemática entre outros. O autor destaca também a questão das distâncias percebendo que acabaram as distâncias geográficas e temporais, dando a entender que não há mais uma noção de dimensão física.

Para Palacios (2004) é de fundamental importância pensar a questão da universalização do acesso as novas tecnologias de informação, mas também saber analisar o papel do “Planejamento Participatório” das cidades digitais levando em consideração as especificidades de cada cidade e as demandas da população.

Isso implica, é claro, que uma Cidade Virtual deve não somente ser planejada “de baixo para cima”, com um envolvimento da coletividade desde as primeiras etapas de sua implantação, mas também que ela deve ser monitorada continuamente em seu funcionamento e desenvolvimento, por meio da escuta e da ausculta da população, quanto a suas demandas e expectativas (PALACIOS, 2004, p. 134 – 135).

O objetivo crucial das novas tecnologias de informação e comunicação no espaço urbano é “criar formas efetivas de comunicação e de reapropriação do espaço físico, reaquecer o espaço público, favorecer a apropriação social das novas tecnologias de comunicação e informação e fortalecer a democracia contemporânea” (LEMOS, 2004, p.2).

(...) a interação entre a nova tecnologia da informação e os processos atuais de transformação social realmente têm um grande impacto nas cidades e seu espaço. De um lado, o layout da forma urbana passa por grande transformação. Mas essa transformação não segue um padrão único, universal: apresenta variação considerável que depende dos contextos históricos, territoriais e institucionais (CASTELLS, 2011, p. 487).

As novas tecnologias de informação e comunicação não alteraram somente a forma como o usuário observa e analisa o espaço, mas também como o Arquiteto, o Urbanista, o Planejador, contempla o espaço. Portanto incorporar estas novas tecnologias é reconhecer as modificações impostas pelos avanços tecnológicos e mais do que isso, saber dinamizar o espaço constantemente, permitindo e proporcionando que o usuário vivencie este espaço híbrido (DARODA, 2012).

A relação do espaço urbano com o homem, sempre foi tema de estudo para os que pensam e estudam a cidade.

Marcel Poète em sua obra *“Introduction a l’urbanisme”* (1929) alerta que devemos olhar a cidade através de seus habitantes, ao invés de observá-la simplesmente do ponto de vista de cheios e vazios que se formam sobre o solo. Para conhecer uma cidade é preciso conhecer quem a habita. A história da cidade e dos espaços urbanos produz as relações sociais determinadas e desenvolvidas ao longo do tempo já que desde os primórdios, as aglomerações formadas vêm ao encontro das necessidades materiais e psicológicas dos indivíduos. Entendendo o espaço urbano como a estrutura que compreende a relação entre obra individual e obra social, entre a evolução e as permanências das diversas culturas (ROSSI, 1992) o espaço urbano torna-se resultante também das próprias relações sociais (DARODA, 2012, p. 110).

Para Azevedo & Arantes (2012) o Ciberespaço pode ter o instrumento de planejamento urbano quando houver a criação e intervenção tanto dos processos de gestão quanto de planejamento urbano no mundo virtual. Segundo Zancheti (2001) apud Azevedo & Arantes (2012) uma cidade digital tem que possuir as seguintes características: formar um espaço de caráter expressivo no que tange o quesito político e cultural dos cidadãos e implantar um canal de comunicação para a sociedade e também para a administração municipal.

O planejamento urbano para Pereira (200?) é considerado como um instrumento sofisticado de caráter político. A justificativa dada pelo autor fundamenta-se no fato de que este instrumento ordena como os moradores da cidade podem ocupar o espaço e quais atividades podem ser realizadas nas diversas áreas da cidade.

Uma das questões chave para o urbanismo é o fato de que a necessidade de intervenção no espaço urbano vai transformar o uso e apropriação deste espaço, levando geralmente a uma apropriação diferenciada do valor produzido pela intervenção ou da alteração de valor do próprio espaço que irá ser causada pela mudança no seu uso (PEREIRA, 200?, p. 1).

O mesmo autor destaca que em cidades grandes o uso do computador é essencial para trabalhar com diversos dados. Por isso, as tecnologias são primordiais para a leitura e análise das realidades urbanas no que tange a comunicação com os mais diversos autores sociais envolvidos: cidadãos, organizações, empresas.

Pereira (200?) analisa que há um conjunto de novas tecnologias de informação e comunicação presentes nas cidades as quais proporcionam o envolvimento das

pessoas nas atividades participativas por meio do uso da internet. Ou seja, os indivíduos são capazes de fazer um mapeamento colaborativo, utilizar aplicativos de redes geográficas e de georreferenciamento entre outras atividades (PEREIRA, 2007?).

Não podemos, portanto, afirmar que o ciberespaço é algo novo na nossa sociedade. A descontinuidade do espaço e tempo ocorre a cada momento que as novas tecnologias de informação, de comunicação e de transporte são inseridas na sociedade. Esta descontinuidade só é possível quando há uma aceleração de ações realizadas em um curto espaço de tempo (MASSARA, 2005). O mesmo autor afirma que,

O volume e a intensidade de informações que são hoje possíveis de serem transportadas permitem, por exemplo, teleações em tempo real como operações de compra e venda de produtos, telepresenças como no caso de video-conferências, prestações de serviço feitas através da internet como a manutenção de redes de computador entre outras atividades que ampliam esta descontinuidade entre ação e lugar (MASSARA, 2005, p. 01).

Evidencia-se o quanto as cidades atuais continuam sendo um lugar de referência e relações sociais. A relação das novas tecnologias de informação e comunicação com a dinâmica urbana é analisada a partir da ubiqüidade (LEITE, 2008).

Segundo Leite (2008) o termo ubiqüidade vem do latim *ubique* e significa por toda parte. Trata-se da “ubiqüidade da informação digital” e “corresponde então à expansão da rede de informação e comunicação digital na cidade, para além dos computadores portáteis” (GREENFIELD, 2008 apud LEITE, 2008, p. 106).

Para Ascher (2010) toda essa mudança ocasionada pelas novas tecnologias de informação e comunicação gerou uma modificação no território das cidades que

se move e se telecomunica, constituída de novas decisões de deslocamento das pessoas, bens e informações, animada pelos eventos que exigem a copresença, e na qual a qualidade dos lugares mobilizará todos os sentidos, inclusive o toque, o gosto e o cheiro (ASCHER, 2010, p. 67).

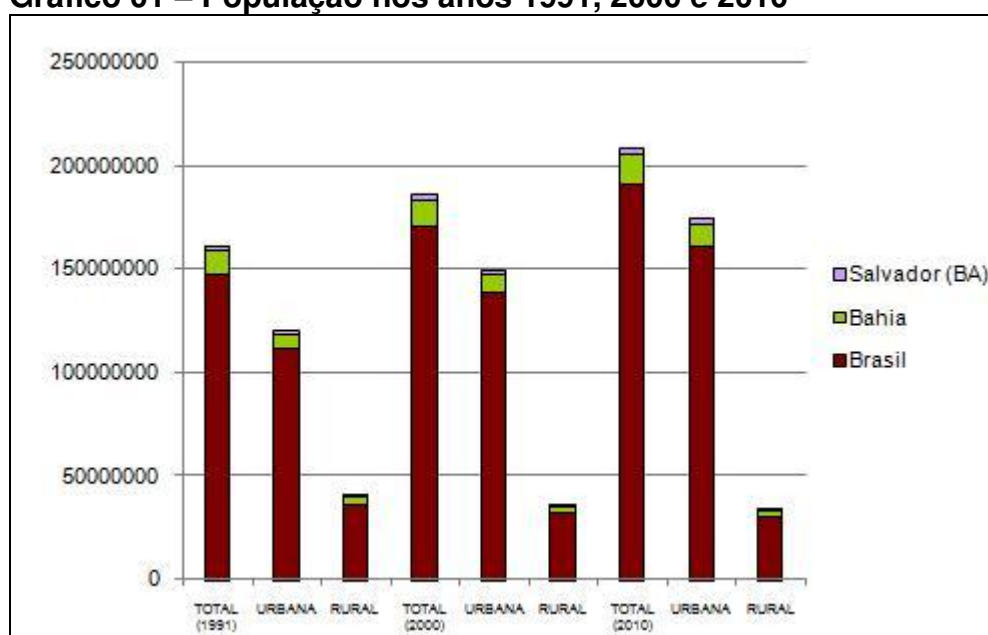
Ascher (2010) em sua obra retrata uma realidade social francesa que, em alguns aspectos, pode ser facilmente encontrada no Brasil.

3.1 O BRASIL E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A população total nos últimos anos (1991 – 2010) cresceu, chegando a ter atualmente 190.755.799 milhões de pessoas e na zona urbana cerca de 160.925.792 milhões de pessoas (ver gráfico 01). Percebe-se também uma transição dos moradores da zona rural para a zona urbana. Esta transição urbana ocorreu a partir da: “concentração da população nos municípios com mais de 100 mil habitantes, o crescimento das cidades médias e o interior aumentando a participação em relação às cidades litorâneas do país” (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 1).

Segundo o IBGE (2010) a Bahia é o quarto Estado do País que apresenta maior população. Ao analisar o gráfico 01 evidencia-se que em 2010 a Bahia alcançou uma população total de 14.016.906 sendo a zona urbana ocupada com 10.102.576 habitantes e a zona rural com 3.914.330 habitantes. A capital baiana segundo dados do IBGE está em terceiro lugar no ranking das capitais, perdendo somente para o Rio de Janeiro e São Paulo. Salvador, em 2010, apresenta uma população total de 2.899.392 habitantes, sendo 2.898.659 habitantes da zona urbana e 733 da zona rural (ver gráfico 01).

Gráfico 01 – População nos anos 1991, 2000 e 2010



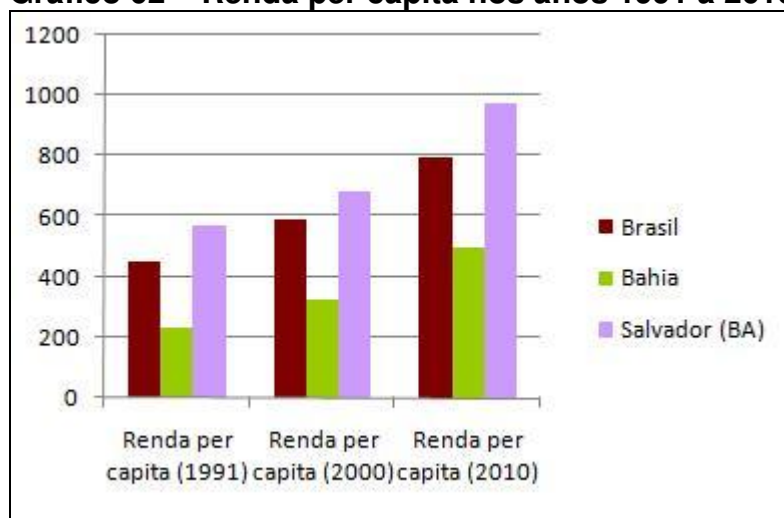
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010. Elaboração própria, 2013.

Quando comparada a porcentagem da área urbana e da área rural percebe-se que a área urbana concentra 84% da população brasileira no ano de 2010 e

conseqüentemente é a área que possui uma maior distinção no perfil da posse e do uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

Um dos fatores que determina essa diferença de perfil da posse e do uso das novas tecnologias é a renda per capita⁵. Segundo as fontes do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2010, a renda per capita do Brasil é de 793,87, a renda per capita da Bahia foi de 496, 73 e a de Salvador de 973 reais. No Brasil há ainda uma grande desigualdade na distribuição de renda entre classes sociais, gênero e etnias. A renda per capita, portanto, não reflete a realidade, devido à má distribuição de renda, ou seja, a minoria dos brasileiros possui altos salários e a maioria ganha pouco ou simplesmente nada (ver gráfico 02).

Gráfico 02 – Renda per capita nos anos 1991 a 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010. Elaboração própria, 2013.

Esta renda per capita atende as despesas dos brasileiros e a aquisição da internet nos domicílios? Segundo uma pesquisa realizada pela Associação Internacional das Companhias de Telecomunicações - GSMA (sigla em inglês), o preço da Banda Larga no Brasil é o mais caro constatado da América Latina.

Custando em torno de R\$ 73,80, mais do que o dobro da média na região, de R\$ 36, os planos para modems com franquia de 1 GB são os mais caros da região. O país também é campeão de preço em pacotes de banda larga para celulares com franquia de 1 GB, com preços de R\$ 57, enquanto a média é R\$ 33,20 (CORREIO, 2013, p. 1).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2010 a porcentagem de domicílios no Brasil que tinham microcomputadores chegou a 33% ou 29.137.000

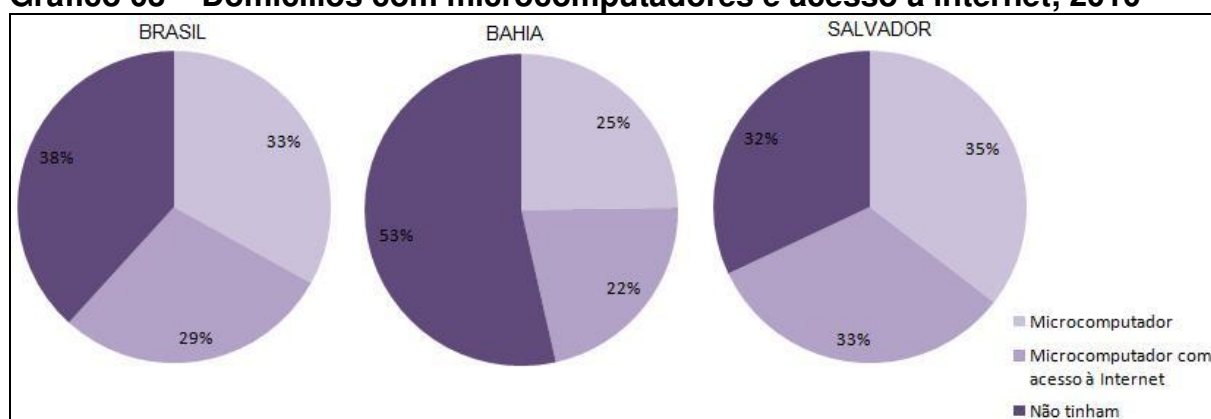
⁵ Corresponde à riqueza de um país dividida pelo número de habitantes.

domicílios. Com acesso a internet a porcentagem foi menor chegando a ter 29% ou 25.325.000 domicílios. E 38% dos domicílios ainda não possuem e nem usam os microcomputadores. Diante disso evidencia-se a importância de se ter o apoio efetivo dos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais para aquisição de bens tecnológicos com preços mais acessíveis para as pessoas que não detêm de recursos financeiro suficiente e que ajude a estas pessoas a aprender acessar o microcomputador tirando proveito da rede mundial de computadores, internet.

Ao analisar a Bahia percebe-se que 53%, mais da metade dos domicílios, ainda não possuem microcomputadores. Algo assustador para um Estado que possui Programa de Inclusão Sociodigital e que ao longo dos anos vem diminuindo os preços dos microcomputadores para a aquisição deste bem as pessoas com baixa renda. É possível pensar também que as pessoas deixam de adquirir este bem nos domicílios, por saber da existência dos Centros Digitais de Cidadania, que de alguma forma ajuda nas atividades escolares, profissionais entre outras. E compram bens que acham cruciais para suas necessidades, por exemplo, o celular.

O município de Salvador apresenta 35% dos domicílios, ou seja, 653.000 com microcomputadores e 33% com acesso a internet, ou em números absolutos um total de 601.000 domicílios. Já os 32% dos domicílios não adquiriram microcomputadores (ver gráfico 03).

Gráfico 03 – Domicílios com microcomputadores e acesso a internet, 2010



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2010. Elaboração própria, 2013.

Quando comparado o uso dos microcomputadores nos domicílios com acesso a internet e o número de telefones seja eles celular ou fixo convencional presentes nos domicílios percebemos que as pessoas estão mais propícias a comprar celulares

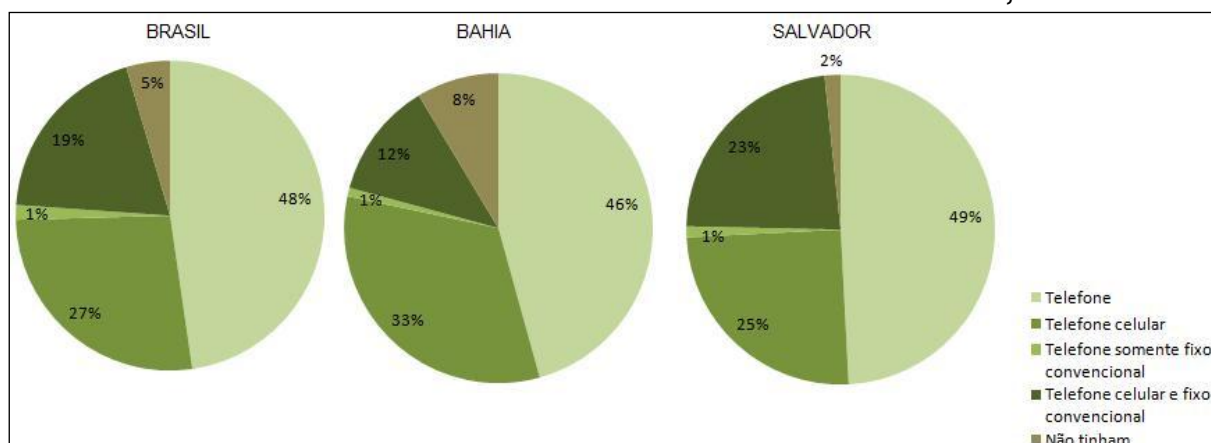
que já vem com internet, do que o microcomputador que o custo é mais caro. Esta é uma observação que precisa ser confirmada.

O Brasil, segundo o IBGE (2010), possui 48% dos domicílios com telefone, ou seja, em números absolutos, 57.327.000 domicílios tem telefones. Já o tipo de telefone celular é o que mais está em destaque com 27% ou 32.284.000 dos domicílios. Os que possuem os dois tipos de telefone (celular e fixo convencional) apresentam uma porcentagem de 19% (23.186.000 domicílios). De acordo com a pesquisa realizada 5% ou 5.522.000 não tem nenhum tipo de telefone nos domicílios.

O gráfico 04 também mostra a pesquisa realizada na Bahia e em Salvador. A Bahia possui 46% dos domicílios com acesso ao telefone (3.789.000 domicílios) e telefone celular 33% (2.706.000 domicílios). Já 1.009.000 dos domicílios, ou seja, 12% possuem tanto o telefone fixo convencional quanto o telefone celular. Cerca de 715.000 domicílios não tinham telefone fixo convencional e celular.

Ao analisar o município de Salvador percebe-se que quase metade, 1.203.000 dos domicílios possuem telefone. Os domicílios com telefone celular fazem parte de 25% dos lares soteropolitanos (612.000 domicílios) e cerca de 562.000 dos domicílios possuem telefones do tipo fixo convencional e telefone celular. Até a realização da pesquisa 41.000 domicílios não possuíam telefone (ver gráfico 04).

Gráfico 04 – Domicílios com telefones fixo convencional e celular, 2010

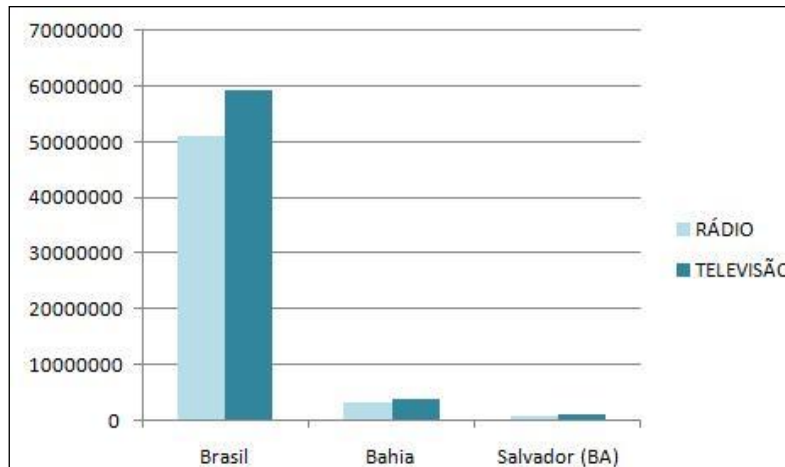


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2010. Elaboração própria, 2013.

É importante frisar que o celular é o tipo de telefone mais presente nos domicílios brasileiros, baianos e soteropolitanos.

As duas tecnologias de informação e comunicação que os brasileiros “abrem a mão” para comprar são os bens como rádio e televisão. 83,4% dos domicílios no Brasil possuem rádio e 96,9% dos domicílios possuem televisão. Já na Bahia 80% dos domicílios possuem rádio e 94% possuem televisão. O município de Salvador possui nos domicílios 84,6% o bem rádio e 98,1% o bem televisão (ver gráfico 05).

Gráfico 05 – Domicílios com rádio e televisão 2010



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2010. Elaboração própria, 2013.

Outra variável fundamental para a obtenção de novas tecnologias de informação e comunicação e que deve ser observada é a população residente de 10 anos ou mais de idade alfabetizada. Segundo o IBGE (2010) a população brasileira alfabetizada ao longo dos anos vem aumentando. Em 2010, 147.378.182 brasileiros já sabiam ler e escrever. Percebe-se na Bahia que este crescimento parece lento entre 1991 e 2010, passando respectivamente de 5.683.847 baianos alfabetizados em 1991 para 9.954.583 baianos alfabetizados em 2010. É importante frisar que não se pode admitir que todos os analfabetos sociais sejam analfabetos digitais, pois muitos tem capacidade de aprender a utilizar celular e computador com acesso a internet. Podemos citar como exemplo as crianças que ainda não dominam a língua escrita, contudo utilizam os microcomputadores com certa facilidade.

Segundo Coelho & Bonilla (201?) o não estar alfabetizado não implica que o cidadão não utilize o computador, isso porque a **alfabetização** e o **letramento** são “processos distintos de naturezas essencialmente diferentes” (SOARES, 2003b apud COELHO; BONILLA, 201?, p. 2).

A alfabetização – a aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter

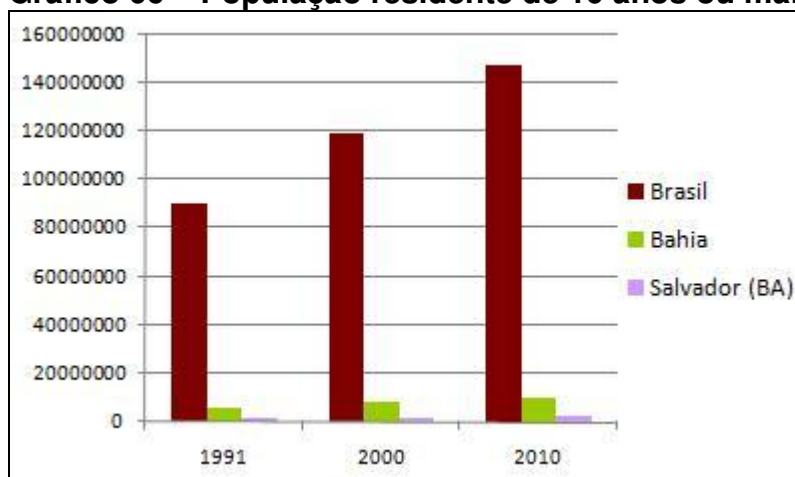
um certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, utilizam-se de quem a tem para fazer uso da leitura e da escrita; além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigora atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida não como em concepções anteriores, com textos construídos artificialmente para a aquisição das “técnicas” de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita.(SOARES, 2003b apud COELHO; BONILLA, 201?, p. 2-3).

Segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, o município de Salvador está a cada ano aumentando o número de pessoas capacitadas no que tange ao uso das tecnologias de informação e comunicação, devido à utilização de Programas relacionados à inclusão digital.

Mas observa-se que o acesso prevalece dentre os segmentos da população com mais anos de estudo. Veja-se que, enquanto 22,4% dos indivíduos sem instrução e nível fundamental incompleto têm computador, 89,4% dos que possuem terceiro grau completo têm acesso ao aparelho e à Internet (89%) (SEI, 2013, p. 20).

No município de Salvador também houve um crescimento da população residente de 10 anos ou mais de idade alfabetizada. De 1991 para 2010 a população passou de 1.461.975 para 2.240.648 (ver gráfico 06).

Gráfico 06 – População residente de 10 anos ou mais de idade alfabetizada



Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria, 2013.

Diante do exposto evidencia-se a importância de uma análise do perfil brasileiro em relação a alguns bens duráveis encontrados nos domicílios assim como do perfil socioeconômico, para compreender o processo de dinamização das novas tecnologias de informação e comunicação presentes no Brasil.

A utilização das políticas públicas como meio de obter a inclusão digital no Brasil torna-se cada dia mais importante. Segundo Ladeia (2009) a utilização da política pública “deve ser ação coletiva, que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis, efetivada mediante programas e projetos compondo diretrizes e metas” (LADEIA, 2009, p. 56). Destarte, as políticas públicas “seriam definidas tendo como objetivo do bem comum, e este bem comum seria específico de todos os segmentos da sociedade” (LADEIA, 2009, p.56).

A “relação da sociedade com o Estado na implantação dessas políticas nem sempre é de reciprocidade, aliança e parceria, como parecem indicar o discurso dominante, mas principalmente, de competição e conflitos do jogo de interesses” (LADEIA, 2009, p.56).

CAPÍTULO III

4 ANÁLISE DOS CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – BA

4.1 PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIODIGITAL

O Programa Identidade Digital – PID foi criado no ano de 2003 através do Governo do Estado da Bahia e objetivava iniciar o processo da inclusão social. A interpretação do termo inclusão digital no PID tem caráter político, destinado ao enfrentamento dos problemas sociais, sendo, portanto, um ambicioso programa de Governo (OLIVEIRA, 2007).

A fase piloto do Programa foi iniciada em 2003, mas só em 2004 que foi implantado o primeiro Infocentro⁶ do PID em Salvador, na sede do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo – PATRA, com o auxílio da Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS do Governo do Estado da Bahia. Neste mesmo período foi implantado mais um infocentro no município de Salvador, em parceria com a Organização Não Governamental Steve Biko (OLIVEIRA, 2007).

Até final de 2005 foram implantados em Salvador 20 infocentros, concluindo a primeira etapa do projeto. No ano de 2006 alcançou o número de 23 infocentros na capital baiana (OLIVEIRA, 2007). Segundo Oliveira (2007), “os gestores da SECTI na gestão do governo seguinte informou que, praticamente, a metade desses infocentros enfrentam grandes dificuldades ou estão desativados” (OLIVEIRA, 2007, p. 77).

Para Oliveira (2007), as iniciativas governamentais representadas pelo Programa Identidade Digital no que tange a realização de cursos e oficinas se encontram ainda distante das reais demandas sociais encontradas nas localidades onde o PID é desenvolvido. Constata-se que na “maioria dos infocentros implantados até 2006 não havia a realização dos referidos cursos” (OLIVEIRA, 2007, p. 78).

⁶ Infocentros também são apresentados como locais públicos onde se tem acesso à Internet banda larga. Fazem parte de uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia no combate à exclusão digital. São salas equipadas com microcomputadores, impressora e *software* livre a serviço de comunidades que, em muitos casos, se organizam e tomam a iniciativa de disponibilizar o local e mantê-lo. A infraestrutura de rede, os equipamentos, o mobiliário, o treinamento e o suporte técnico são fornecidos pelo Estado. Os Infocentros podem ser de dois tipos: os conveniados, situados em locais cedidos pelo Estado, pelo município ou por ONGs, e os beneficiados, centros já existentes que recebem o apoio do Programa Inclusão Digital do Estado da Bahia (SILVA, 2007, p. 115).

Porém, com a mudança de Governo (2007) houve uma revisão sobre o objetivo do Programa, passando assim por uma nova reformulação. Esta reformulação por sua vez fundamenta-se na inclusão social e digital, criada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação – SECTI, passando a ser chamado como Programa de Inclusão Sociodigital – PISD. Além da alteração da proposta também mudou o nome do local de acesso, passando de Infocentro (2003) para Centro Digital de Cidadania.

O objetivo do PISD é levar às populações mais pobres, o acesso às tecnologias de informação e comunicação, para possibilitar a geração de serviços considerados essenciais para a comunidade local. Estes serviços podem ser: educação ambiental, capacitação profissional, governo eletrônico e seus serviços principalmente de cadastramento e recadastramento do Cadastro de Pessoa Física – CPF, informações sobre geração de trabalho e renda, denúncias no site da Ouvidoria do Estado, emissão de segunda via de contas (luz, água etc.), inscrições em concursos (Federais, Estaduais e Municipais), entre outros. Sendo, portanto, um espaço destinado ao exercício da cidadania (BORGES, 2008).

O Programa de Inclusão Sociodigital (PISD) do Governo da Bahia, além das características técnicas consideradas boas, tem um caráter revolucionário no sentido de buscar, apesar das limitações, a criação de canais de acesso para os trabalhadores, desempregados, comunidades quilombolas, afrodescendentes, povos indígenas etc. ao conhecimento e às tecnologias da informação e da comunicação. O programa se volta, assim, para uma classe social determinada. É por isso que cada espaço de máquinas não é uma mera lan house ou um infocentro. É um centro de cidadania, voltado para a formação dos trabalhadores e de seus familiares, para a produção e apropriação de conhecimento (OLIVEIRA, 2008, p. 145).

Para Borges (2008) este Programa de Inclusão Sociodigital permite introduzir a população de baixa renda, na tecnologia digital, a partir da sua capacitação para o acesso à informática. Mas para que haja realmente esta inclusão é crucial utilizar atividades de mobilização social nos Centros Digitais de Cidadania, por possuir caráter educacional e cultural. Atividades de interesse local e que são mobilizadoras devem ser usadas, como: palestras, painéis, pesquisas dirigidas, encontros temáticos, bate-papos virtuais, cursos profissionalizantes (BORGES, 2008).

Estes Centros Digitais de Cidadania são de três tipos: Estaduais, Municipais e Comunitários. Os Estaduais pertencem ao Estado e são operados pelas secretarias ou órgãos estaduais. Os Municipais são disponibilizados pelo Município e são

operados diretamente pelo município e por secretarias municipais. Os denominados Comunitários são disponibilizados pelas instituições sem fins lucrativos que visam desenvolver trabalhos sociais diretamente com a comunidade, um exemplo são as Organizações Não Governamentais – ONGs (BAHIA, 2007).

O Centro Digital de Cidadania é um espaço democrático, de participação, de busca de conhecimento, de informação, de cidadania. Sendo de interesse público vale frisar que cada unidade deve ser inserida na vida da comunidade e gerenciada pela comunidade, sendo, portanto gratuito (OLIVEIRA, 2008).

Segundo o Regimento Interno dos Centros Digitais de Cidadania no Capítulo “público alvo”, Artigo 7º, todas as atividades são abertas ao público em geral, sem nenhuma distinção. O parágrafo 1º menciona que todas as crianças menores de dez anos devem estar acompanhadas pelos responsáveis para utilizar os CDCs. O parágrafo 2º menciona que menores de dezoito anos precisam ser cadastrados e ter uma liberação de algum responsável para poder utilizar os centros. Já o parágrafo 3º determina que pessoas maiores de sessenta anos, pessoas com crianças no colo, gestantes e pessoas com deficiência têm prioridade no atendimento (BAHIA, 2007).

Alguns projetos já foram realizados através dos CDCs no Estado da Bahia, como: criação do site da cidade informando o que se passa na comunidade e o apoio dos comerciantes locais que divulgam seus anúncios no site e contribuem na manutenção dos Centros Digitais de Cidadania; todo mês em um município não identificado há um sorteio de brinde doado por um comerciante; em alguns CDCs o funcionamento são oito horas, mas há outras atividades em outros turnos principalmente minicursos de informática, contribuindo para o aprendizado dos alunos; em outro local os monitores recolhem dos usuários do CDC material de plástico pet, o qual depois é doado para um grupo de artesanato com o intuito de gerar renda (OLIVEIRA, 2008).

Para o uso destes CDCs a SECTI criou o Núcleo de Gestão Colaborativa – NUGEC em cada CDC. No entanto foi necessário formar parcerias com as Universidades Estaduais (Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS) com o intuito de garantir cursos profissionalizantes para os monitores dos CDCs.

A criação do NUGEC visa garantir nos CDCs uma maior articulação comunitária; administração participativa (através da comunidade, dos representantes institucionais, etc.); promoção da inclusão sociodigital; democratização o uso das tecnologias de informação e comunicação no âmbito da infraestrutura do Programa; organização de forma a socializar o conhecimento através de processos formativos e também da ampliação de repertório cultural (BAHIA, 2008).

O Governo da Bahia vem utilizando desse método de Tecnologia de Informação e Comunicação para prover e promover a acessibilidade, informação e formação de pessoas em localidades desprovidas de urbanização e de difícil acesso. Os Centros Digitais de Cidadania tem parceria com prefeituras, centros comunitários, escolas, Organizações Não Governamentais – ONGs, Aldeias indígenas etc.

Para Oliveira (2008) os principais desafios do Programa de Inclusão Sociodigital são:

1. Fazer com que desconstrua a relação de dependência dos parceiros e dos usuários em relação ao Estado, dando foco a uma cultura de autonomia e independência dos Centros Digitais de Cidadania;
2. Dar capacitação aos usuários para que obtenham um papel importante, de atores do processo. É imprescindível deixar claro que os Centros Digitais de Cidadania são considerados espaço para construção de conhecimentos e de formação para a cidadania;
3. Treinar monitores e gestores para atuarem no reparo dos equipamentos dos Centros Digitais de Cidadania;
4. Introduzir os Centros Digitais de Cidadania na agenda política de alguns grupos sociais, como por exemplo, a economia solidária, agricultura familiar, grupos culturais etc.;
5. Pensar em alternativas de sustentabilidade econômica e social;
6. Ampliar para a zona rural, principalmente distritos e povoados, o acesso à banda larga;

7. Elaborar uma estrutura de gestão com o apoio do executivo municipal para cuidar da política de inclusão sociodigital;
8. Articular meios para superar as deficiências da ausência de estrutura para Internet banda larga nos Municípios.

Diante disso o PISD segundo Oliveira (2008) tem como filosofia obter uma parceria entre a sociedade e o Estado para prestar serviços onde os beneficiários são usuários, clientes e também participantes desse processo.

As regras do jogo são definidas e assumidas coletivamente. Não há, nessa relação, aquele que define e outro que obedece. É uma relação dialética e dialógica, de participação, de democracia, de construção coletiva. Isso, numa sociedade individualista, paternalista, é uma árdua tarefa, porém necessária para ser enfrentada. Mas só o será com a decisão clara e independente das partes envolvidas: governo e sociedade organizada (OLIVEIRA, 2008, p. 151).

Com o intuito de manter os centros interconectados e funcionando corretamente, o Programa de Inclusão Sociodigital conta com um processo de gerenciamento remoto. Possibilitando a realização dos procedimentos de suporte remotamente, como por exemplo, a resolução de problemas e atualizações. O Programa também conta com uma equipe de desenvolvimento de software livre⁷ e uma central que presta atendimento através de contato telefônico e via web à rede mundial de computadores (BAHIA, 2007).

4.2 CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – BAHIA

Para o estudo dos Centros Digitais de Cidadania localizados no município de Salvador foi crucial utilizar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, Lei 7.400 de 2008, como base para entender a cobertura dos Centros Digitais de Cidadania espalhados nas Regiões Administrativas – RA's de Salvador.

De acordo com o PDDU (2008), o Capítulo V – Da Articulação Interinstitucional e Intergovernamental e da Descentralização Administrativa, menciona na Seção III – Das Regiões Administrativas o Art. 324. Neste artigo 324 é citado que:

⁷ “O termo software livre se caracteriza pela liberdade que o usuário tem de executar, distribuir, modificar e repassar as alterações feitas nos programas sem necessidade de pedir permissão aos autores” (BAHIA, 2008, p.12).

As Regiões Administrativas correspondem às áreas de jurisdição das Administrações Regionais a que se refere o art.4º da Lei nº 3.688, de 28 de novembro de 1986, e constituem-se em unidades espaciais de referência para fins de planejamento e gestão (SALVADOR, 2008, p. 184).

A Lei 7.400 de 2008 também menciona no parágrafo 1º do Art. 324 a divisão do território de Salvador em 18 Regiões Administrativas com a seguinte denominação: Região Centro, RA I; Região Itapagipe, RA II; Região São Caetano, RA III; Região Liberdade, RA IV; Região Brotas, RA V; Região Barra, RA VI; Região Rio Vermelho, RA VII; Região Pituba/Costa Azul, RA VIII; Região Boca do Rio/Patamares, RA IX; Região Itapuã, RA X; Região Cabula, RA XI; Região Beiru/Tancredo Neves, RA XII; Região Pau da Lima, RA XIII; Região Cajazeiras, RA XIV; Região Ipitanga, RA XV; Região Valéria, RA XVI; Região Subúrbios Ferroviários, RA XVII; Região Ilhas, RA XVIII.

Segundo o IBGE (2010) as três Regiões Administrativas que possuem uma porcentagem maior de residentes são: RA XII – Beiru/Tancredo Neves, RA XIII – Pau da Lima e RA XVII – Subúrbios Ferroviários. Com respectivamente 8,5 %, 9,1% e 10% de residentes (ver tabela 01).

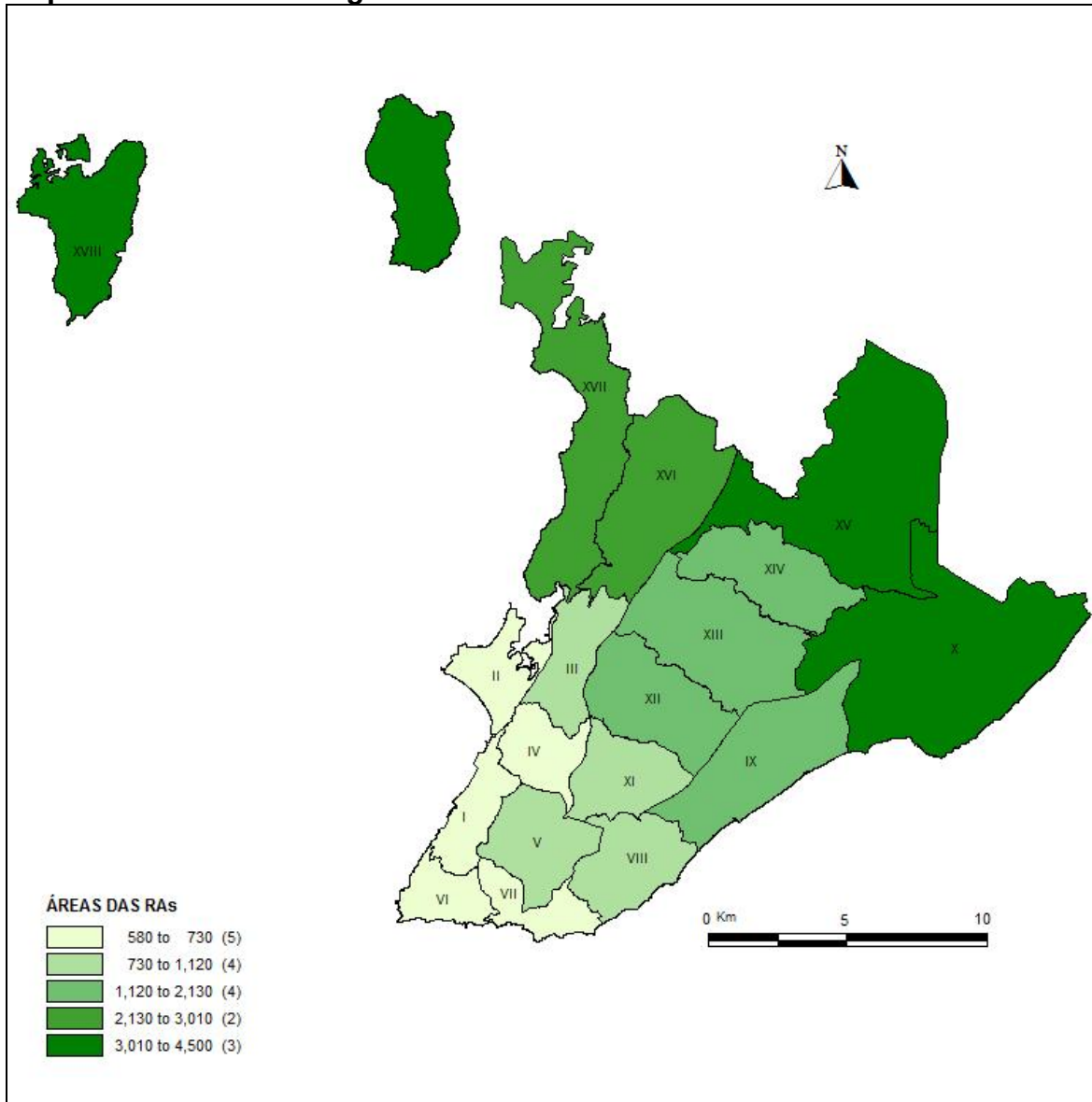
Tabela 01 – Descrição das Regiões Administrativas de Salvador - Bahia

RA	NOME	ÁREA (ha)	PESSOAS RESIDENTES 2010	% RESIDENTES
I	CENTRO	698	100.232	3,5
II	ITAPAGIPE	733	172.921	6,0
III	SÃO CAETANO	954	212.648	7,3
IV	LIBERDADE	720	172.685	6,0
V	BROTAS	1.115	209.119	7,2
VI	BARRA	584	95.348	3,3
VII	RIO VERMELHO	608	133.571	4,6
VIII	PITUBA / COSTA AZUL	1.123	184.298	6,4
IX	BOCA DO RIO / PATAMARES	1.970	118.334	4,1
X	ITAPUÃ	4.513	235.612	8,1
XI	CABULA	1.012	170.113	5,9
XII	BEIRU/ TANCREDO NEVES	1.536	245.230	8,5
XIII	PAU DA LIMA	2.135	264.131	9,1
XIV	CAJAZEIRAS	1.392	162.687	5,6
XV	IPITANGA	3.991	60.939	2,1
XVI	VALÉRIA	2.158	65.073	2,2
XVII	SUBÚRBIOS FERROVIÁRIOS	2.684	290.017	10
XVIII	ILHAS	3.028	6.434	0,2
TOTAL		30.954	2.899.392	100

Fonte: PDDU, 2008. IBGE, 2010. Elaboração própria, 2013.

De acordo com o PDDU (2008) as maiores áreas estão concentradas nas Regiões Administrativas: RA X – Itapuã; RA XV – Ipitanga e a RA XVIII – Ilhas como pode ser observado no mapa 01.

Mapa 01 – Áreas das Regiões Administrativas de Salvador - Bahia



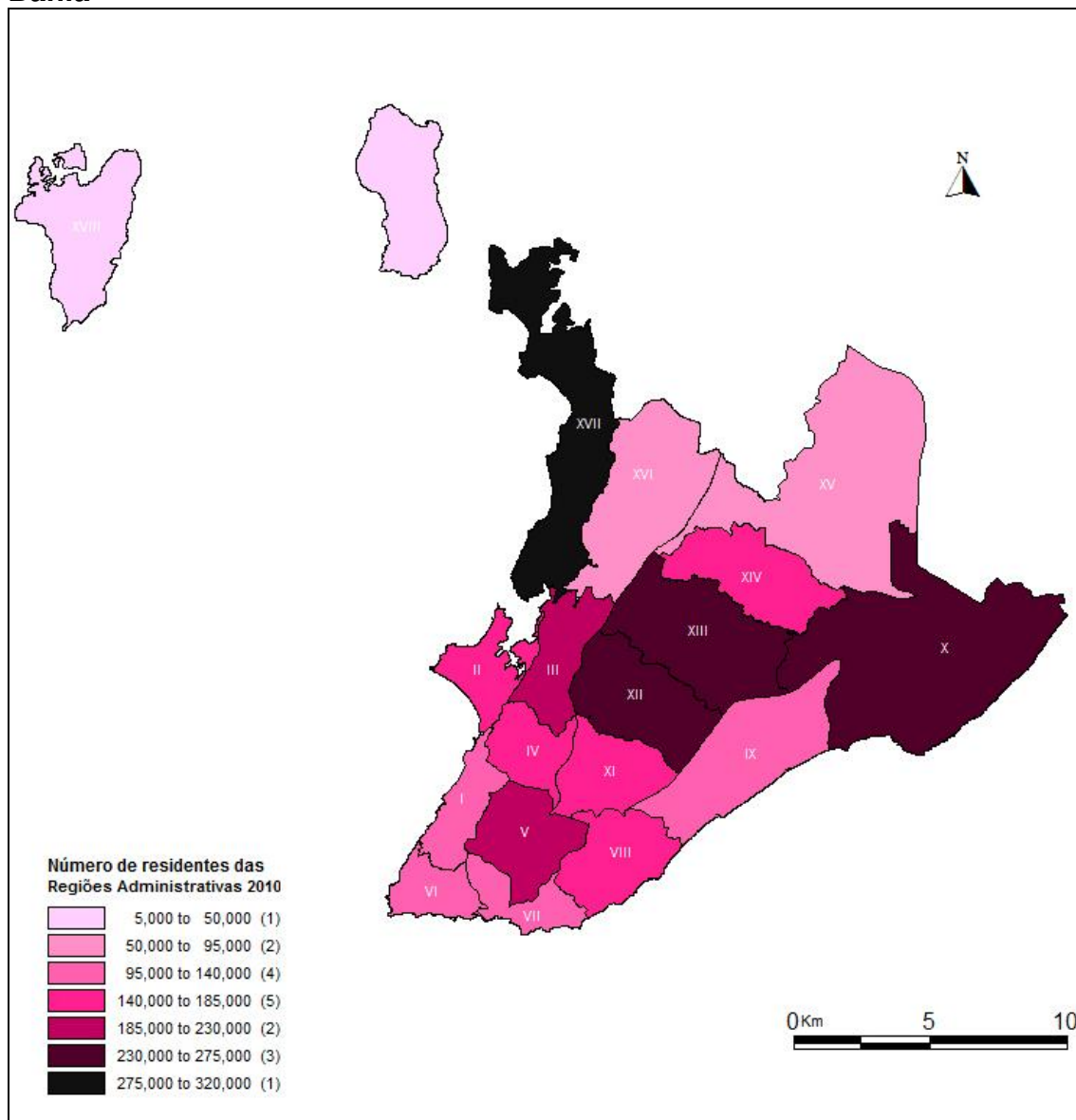
Fonte: PDDU, 2008. Elaboração própria, 2013.

Quando analisado a localização dos Centros Digitais de Cidadania nas Regiões Administrativas, percebe-se que eles não estão concentrados nas RAs com maior população.

As três maiores Regiões Administrativas que apresentam os Centros Digitais de Cidadania são: RA I – Centro com 8 CDCs; RA VII – Rio Vermelho com 8 CDCs e RA XVII – Subúrbios Ferroviários com 10 CDCs. A RA XVII é a única que possui uma

porcentagem maior de população das RAs (ver mapa 02) e que apresenta o maior número de Centros Digitais de Cidadania espalhados na RA (ver tabela 02).

Mapa 02 – Número de residentes nas Regiões Administrativas de Salvador - Bahia



Fonte: PDDU, 2008. IBGE, 2010. Elaboração própria, 2013.

Destaca-se na tabela 02 possível relação de habitante por CDCs em cada Região Administrativa, algo ainda distante da realidade social da população soteropolitana. O Programa de Inclusão Sociodigital deve começar a repensar na estrutura e na quantidade dos CDCs, tendo em vista peculiaridades como o número de habitantes das Regiões Administrativas (ver tabela 02).

Tabela 02 – Localização dos Centros Digitais de Cidadania a partir das Regiões Administrativas de Salvador, Bahia

RA	NOME	LOCALIZAÇÃO							TOTAL	HABITANTE POR CDC
		Associação	Biblioteca	CSU	Escola	ONG	PM	Sede do Município		
I	CENTRO	1	3	0	2	2	0	0	8	12.529
II	ITAPAGIPE	0	0	0	1	0	0	1	2	86.460
III	SÃO CAETANO	2	0	0	0	0	1	0	3	70.882
IV	LIBERDADE	1	0	1	0	1	0	0	3	57.561
V	BROTAS	1	0	1	1	1	0	0	4	52.279
VI	BARRA	2	0	0	0	0	0	0	2	47.674
VII	RIO VERMELHO	0	1	2	1	2	2	0	8	16.696
VIII	PITUBA / COSTA AZUL	0	1	0	0	0	0	0	1	184.298
IX	BOCA DO RIO / PATAMARES	0	0	0	0	0	0	0	0	-
X	ITAPUÃ	0	0	1	0	2	0	0	3	78.537
XI	CABULA	1	0	1	1	0	0	0	3	56.704
XII	BEIRU/ TANCREDO NEVES	1	0	1	1	1	0	0	4	61.307
XIII	PAU DA LIMA	0	0	1	1	0	0	0	2	132.065
XIV	CAJAZEIRAS	0	0	0	2	0	0	0	2	81.343
XV	IPITANGA	0	0	0	0	1	0	1	2	30.469
XVI	VALÉRIA	0	0	1	0	1	0	0	2	32.536
XVII	SUBÚRBIO FERROVIÁRIOS	3	0	0	1	5	1	0	10	29.001
XVIII	ILHAS	0	0	0	0	0	0	0	0	-
TOTAL		12	5	9	11	16	4	2	59	1.030.341

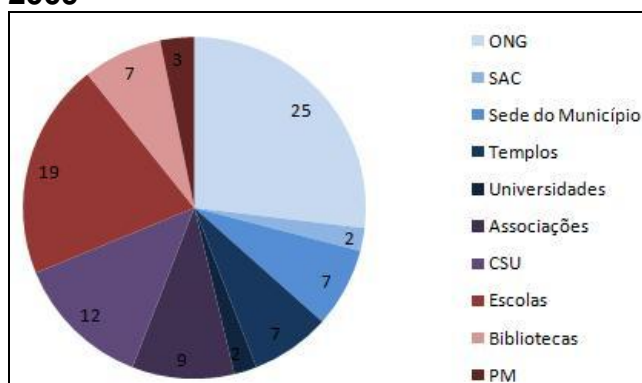
Fonte: PDDU, 2008. SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Segundo dados da SECTI, até dezembro de 2009 havia mais de 1000 Centros Digitais de Cidadania em todo o Estado da Bahia, distribuídos por quase todos os seus 417 municípios. Na Região Metropolitana de Salvador – RMS havia em torno de 128 CDCs. No município de Salvador percebe-se um aumento significativo de infraestrutura social no ano de 2003 e 2009, passando de 3 para 93 Centros Digitais de Cidadania. Mas, ainda é pouco se levar em consideração a realidade social do município de Salvador em relação à inclusão sociodigital dos habitantes.

Estes 93 Centros Digitais de Cidadania disponibilizados em Salvador no ano de 2009 foram distribuídos da seguinte maneira: 25 em ONGs, 02 em Serviço de Atendimento ao Cidadão, 07 em Sede do Município, 07 em Templos (Igreja,

Terreiros), 02 em Universidades, 09 em Associações, 12 em Centros Sociais Urbanos – CSU, 19 em Escolas, 07 em Bibliotecas e 03 na PM (ver gráfico 07).

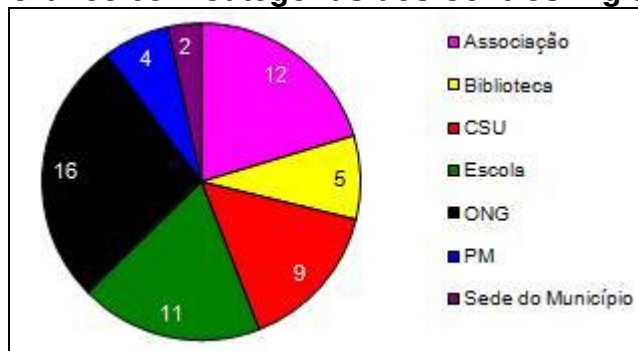
Gráfico 07 – Categorias dos Centros Digitais de Cidadania em Salvador – Ba, 2009



Fonte: SECTI, 2009. Elaboração própria, 2013.

Quando comparado este valor com o ano de 2013 percebe-se que houve uma redução de CDCs em Salvador. Passando de 93 CDCs para 59 (ver gráfico 08).

Gráfico 08 – Categorias dos Centros Digitais de Cidadania em Salvador - Ba

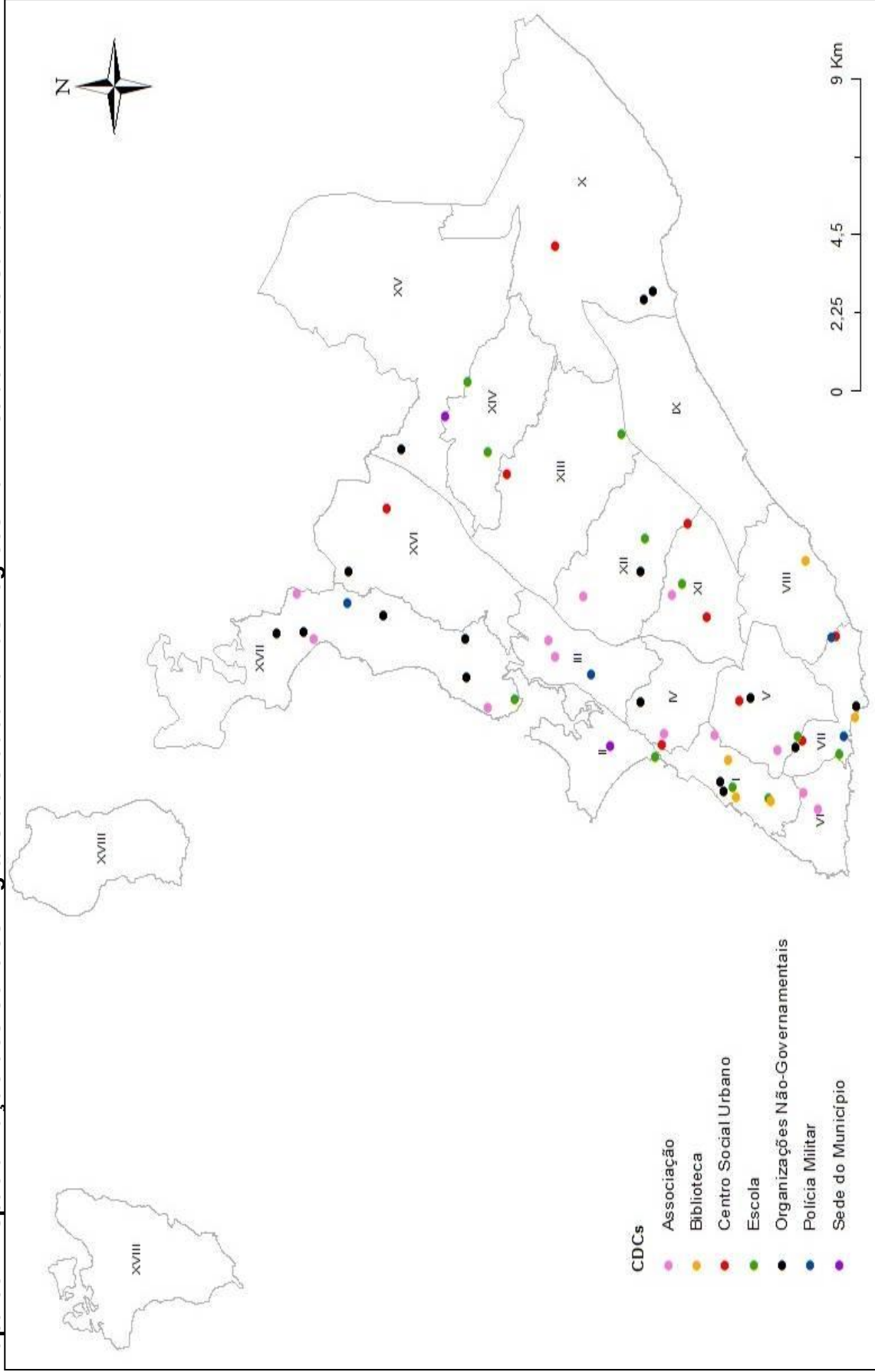


Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Percebe-se que os Centros Digitais de Cidadania estão concentrados mais nas ONGs. Quando espacializado no mapa do município de Salvador a partir das Regiões Administrativas nota-se uma significativa distribuição dos Centros, principalmente nas RA's periféricas. Denota-se, portanto que o Programa quanto ao quesito de distribuição é válido (ver mapa 03).

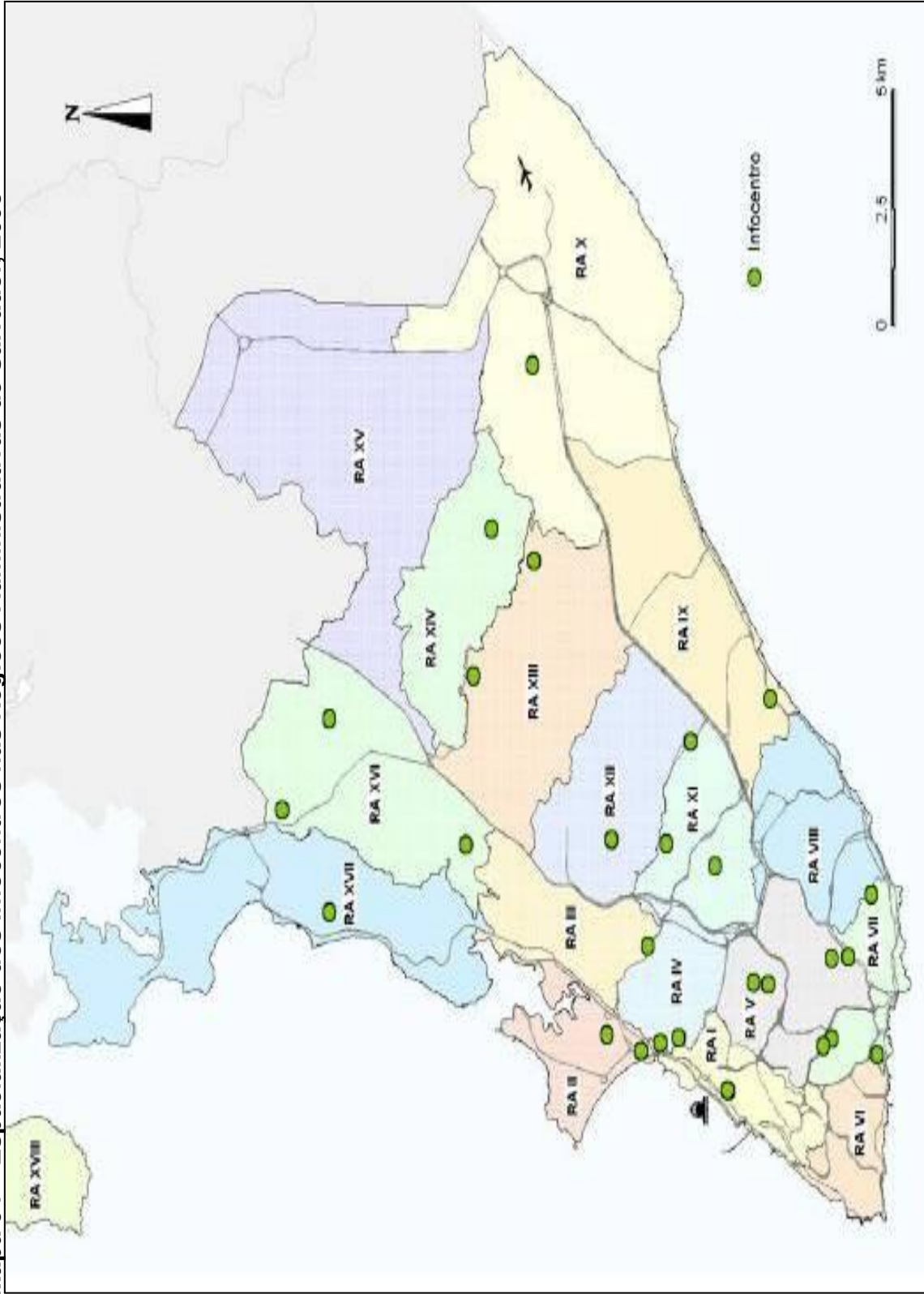
Comparando o Programa de Inclusão Sociodigital (CDCs) com o antigo Programa de Identidade Digital (Infocentros) percebe-se que houve um aumento significativo de infraestrutura social no município de Salvador, além de uma maior espacialização dos centros nas RAs (ver mapa 04).

Mapa 03 – Espacialização dos Centros Digitais de Cidadania nas Regiões Administrativas de Salvador



Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Mapa 04 – Espacialização dos Infocentros nas Regiões Administrativas de Salvador, 2003



Fonte: SILVA, 2007.

Para entender melhor a função dos Centros Digitais de Cidadania nas Regiões Administrativas de Salvador escolhemos quatro CDCs buscando identificar projetos que envolvem as comunidades e se de fato garante à população acesso as tecnologias de informação e comunicação. Os CDCs para estudo estão localizados nas RA's I - Centro, II - Itapagipe e XVII – Subúrbios Ferroviários. Os motivos da escolha destes quatro CDCs foram: estar localizados para a Baía de Todos os Santos e ser Regiões Administrativas que possuem de certa forma uma diferença no uso e ocupação do solo.

4.2.1 RA I – Centro Público de Economia Solidária da Bahia – CESOL

O CESOL está localizado na Região Administrativa I (Centro), especificamente no Comércio, na Rua Álvares Cabral. O Centro Digital de Cidadania localizado dentro do CESOL é fruto de um convênio feito com a SECTI. O CDC foi reinaugurado no dia 31 de janeiro de 2012. O Centro funciona de segunda a sexta-feira, das 08 às 12h e das 14h às 18h (ver figura 02).

Figura 02 – Localização do Centro Digital de Cidadania CESOL

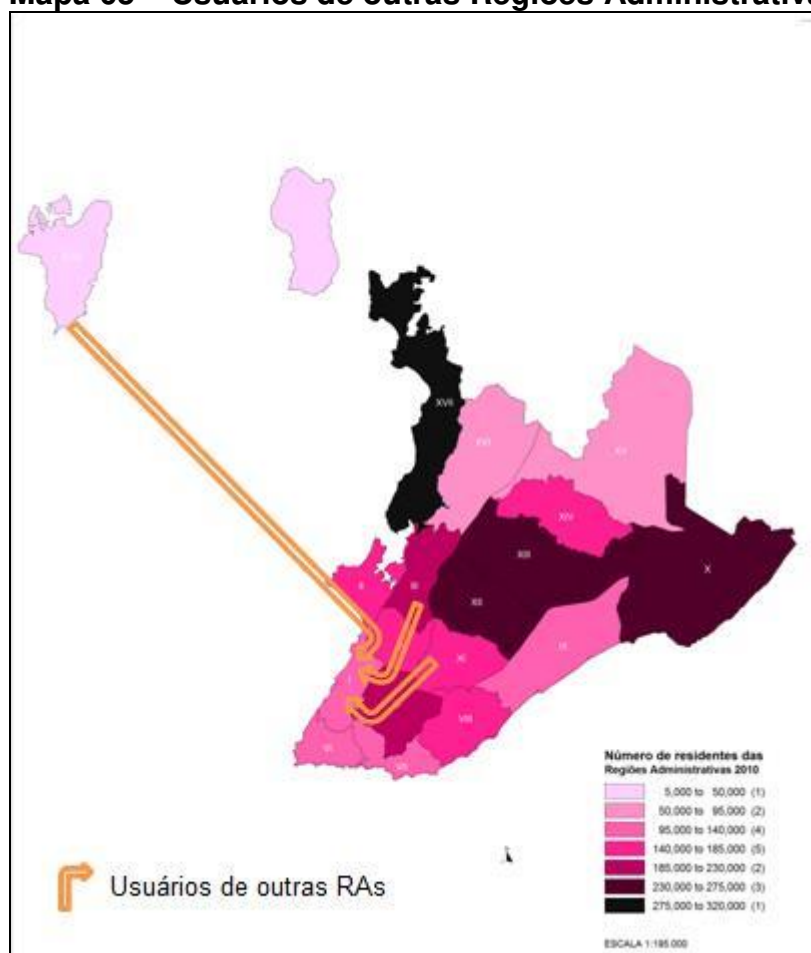


Fonte: Acervo pessoal, 2013.

O CDC possui dez computadores ligados à internet em banda larga e um servidor. O Sistema Operacional – SO utilizado é o Linux, pois é melhor para fazer manutenção. Segundo o Gestor do local passam pelo Centro cerca de 50 pessoas por semana, com faixa etária de 36 a 50 anos. O público que frequenta o Centro Digital de

Cidadania é variado, pois vêm pessoas das Ilhas, de São Caetano, Cabula, além da população local que utiliza o espaço para diversos fins. Mas a função que mais predomina no centro é a capacitação profissional dos que participam do Centro de Economia Solidária. Há também divulgação dos seus produtos no site Cirandas.net, feito principalmente para os artesãos. O Cirandas.net é um sistema nacional, da rede social da Economia Solidária – ECOSOL, onde o Fórum Brasileiro e a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES são parceiros. Além de buscar serviços de consultoria, microcrédito, cursos de qualificação tem a oportunidade de colocar seus produtos e vender na rede, incentivando a população a utilizar os equipamentos como forma de aprender mais sobre empreendedorismo (ver mapa 05).

Mapa 05 – Usuários de outras Regiões Administrativas de Salvador - Bahia



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria, 2013.

O Comércio por possuir uso do solo pouco diversificado com fraca zona residencial e atrair grande quantidade de viagens diariamente facilita o acesso das pessoas que buscam nos Centros Digitais de Cidadania realizar seus objetivos.

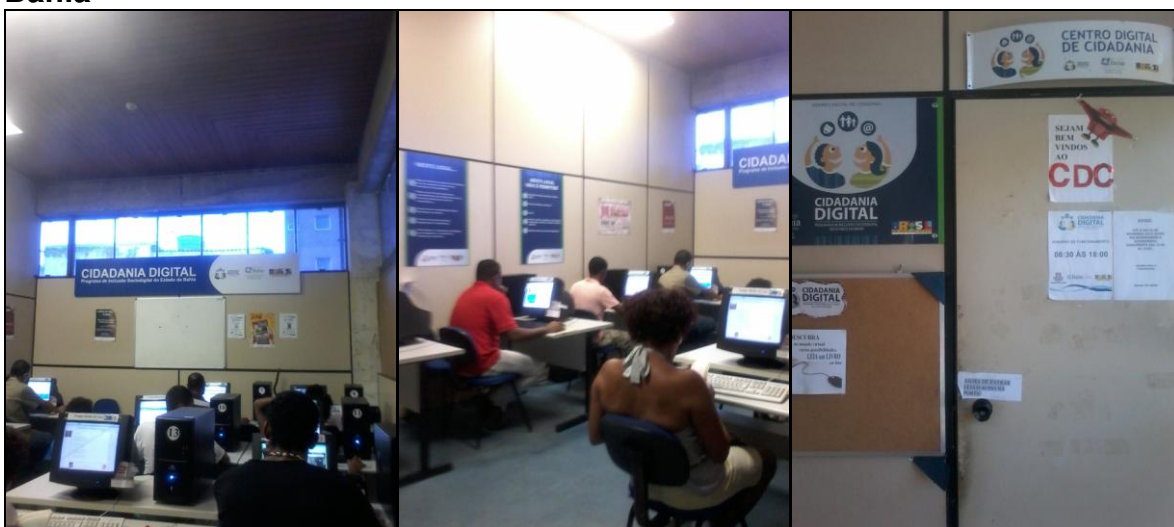
Três possíveis motivos para o público variado são: o primeiro motivo é que a maior parte da população de 36 a 50 anos que frequenta o CDC, trabalha na área do Comércio e precisa utilizar do espaço para resolver problemas urgentes, por exemplo: imprimir uma conta de luz, água, etc; o segundo motivo é o interesse dos usuários que residem nas RA's III – São Caetano; XI – Cabula e XVIII – Ilhas possuem poucos Centros Digitais de Cidadania ou nenhum, para a sua demanda, assim eles procuram outros equipamentos sociais. Na Região Administrativa III tem 3 CDCs; RA XI possui 3 CDCs e RA XVIII 0 CDC; o terceiro motivo também é de interesse, mas interesse no que tange o trabalho, a maioria trabalha no CESOL e precisa ir para a RA I.

A renda familiar média dos usuários do Centro Digital de Cidadania varia de 0 a 2 salários mínimos.

4.2.2 RA I – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

A Biblioteca Pública do Estado da Bahia (popularmente chamada Biblioteca Central dos Barris) está localizada na Região Administrativa I (Centro), nos Barris, na Rua General Labatut. Também fruto do Convênio com a SECTI, o Centro Digital de Cidadania foi implantado em maio de 2009 com 17 microcomputadores equipados com internet e impressoras (ver figura 03).

Figura 03 – Centro Digital de Cidadania na Biblioteca Pública do Estado da Bahia



Fonte: Acervo pessoal, 2013.

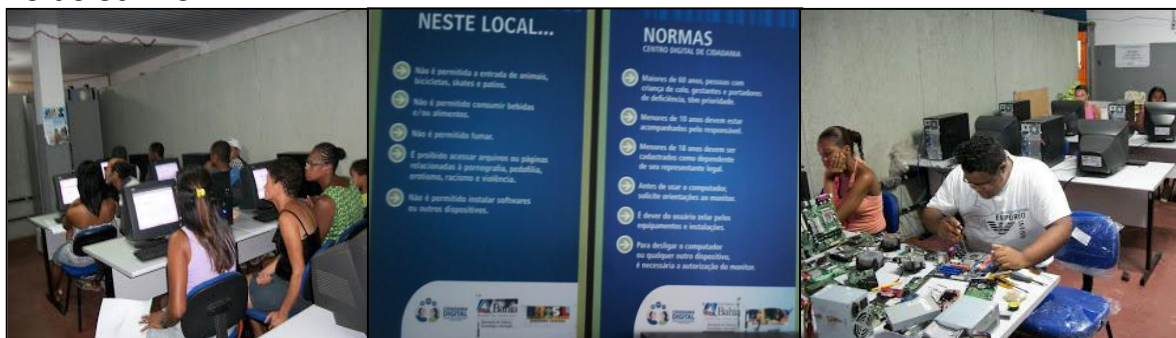
Já foram realizados no CDC palestra sobre “Consumidor Cidadão – Direitos Básicos do Consumidor” com o intuito de passar aos usuários informações sobre seus direitos como consumidor; cursos voltados para o mercado de trabalho para estudantes ou concluintes do Ensino Médio da Rede Pública, sendo eles: informática básica e internet, língua portuguesa, interpretação e escrita de textos, matemática básica e raciocínio lógico. Houve também no CDC o projeto “Búzios: Ecos da Liberdade”, voltado para estudantes, com objetivo de desenvolver o raciocínio lógico e a compreensão histórica dos estudantes, principalmente do Ensino Fundamental. Para inscrever nos CDCs basta apenas ter um comprovante de renda e a identidade.

O Centro funciona de segunda a sexta-feira, das 08 às 12h e das 14h às 18h. Segundo o gestor do local o CDC tem em média por semana a visita de 90 usuários com faixa etária entre 16 a 21 anos e é considerado pelo gestor um “local estratégico”. O público que frequenta o CDC é variado, vindo de qualquer Região Administrativa e atendendo também a população local. A renda familiar média dos usuários do Centro Digital de Cidadania varia de 0 a 2 salários mínimos.

4.2.3 RA II – Sociedade Beneficente e Esportiva 13 de Junho

A Sociedade Beneficente e Esportiva 13 de Junho está localizada na Região Administrativa II (Itapagipe), especificamente na Vila Rui Barbosa (também conhecida como Jardim Cruzeiro), na Rua 25 de Junho. O Centro Digital de Cidadania foi implantado na Associação em 2009. O objetivo do CDC é proporcionar aos adultos, adolescentes e jovens oportunidade para fazer cursos de formação, principalmente manutenção de microcomputadores (ver figura 04).

Figura 04 – Centro Digital de Cidadania na Sociedade Beneficente e Esportiva 13 de Junho



Fonte: HORTA, 2013 e acervo pessoal, 2013.

Além dos usuários obterem cursos na área de manutenção de microcomputadores, eles também tem oportunidade de aprender sobre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, visando fortalecer as atividades empresariais.

Segundo o responsável do CDC, a média semanal de frequência é de 60 usuários, com faixa etária de 22 a 35 anos, todos da própria Região Administrativa. Possui 10 computadores ligados à internet em banda larga e um servidor. O SO utilizado é o Linux, sendo padrão para todos os Centros Digitais de Cidadania. A renda familiar dos usuários está em média de 0 a 2 salários mínimos. E o Centro funciona de segunda a sexta-feira, das 08 às 12h e das 14h às 18h.

4.2.4 RA XVII – Centro de Esporte, Arte e Cultura César Borges

O Centro de Esporte, Arte e Cultura César Borges, está localizado na Região Administrativa XII (Subúrbios Ferroviários), em São João do Cabrito, na Rua dos Ferroviários. O centro foi implantado no ano de 2009 (ver figura 05).

Figura 05 – Centro Digital de Cidadania no Centro de Esporte, Arte e Cultura César Borges



Fonte: Google Maps, 2013.

O Centro Digital de Cidadania é voltado para crianças da Escola Pública da Região Administrativa XVII e funciona em turno contrário ao da escola, ou seja, se a criança estuda no período matutino, frequenta o Centro no turno vespertino e vice-versa. Existem em média 60 crianças freqüentando semanalmente o CDC.

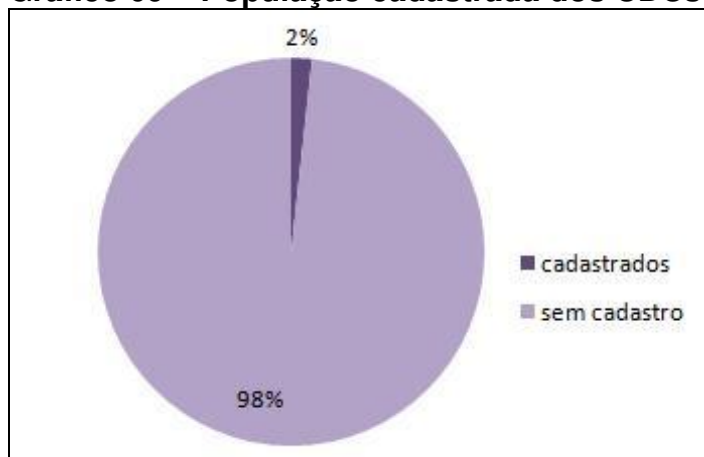
O Centro de Esporte, Arte e Cultura foi criado no governo de César Borges. O espaço funciona de segunda a sexta, das 08h às 17h. Um dos projetos elaborados no Centro foi o “Passos para Inclusão”, incentivando os jovens a usarem o microcomputador e internet de forma a tirar proveito seja nos estudos, na vida pessoal ou profissional.

Quem frequenta os Centros Digitais de Cidadania tem em média faixa etária de 10 a 21 anos, todos da própria Região Administrativa. Possui 10 computadores ligados à internet em banda larga e um servidor.

4.3 PERFIL DOS USUÁRIOS DOS CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA DE SALVADOR - BAHIA

Atualmente, existe no município de Salvador em funcionamento 59 Centros Digitais de Cidadania (ver anexo) que oferece serviço para 50.000 cadastrados⁸, 2% da população total, no Programa de Inclusão Sociodigital realizado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação – SECTI. Para um município que possui 2.899.392 pessoas, o total de cadastrados é muito pouco (ver gráfico 09).

Gráfico 09 – População cadastrada dos CDCs de Salvador, Bahia

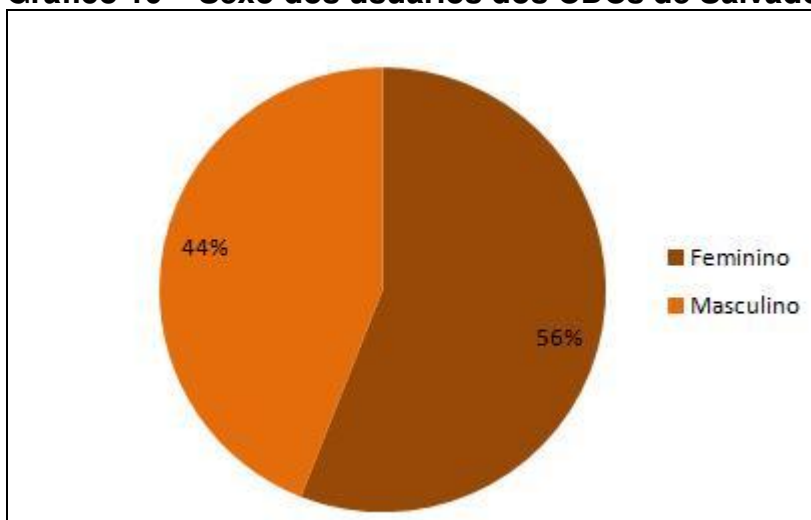


Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

⁸ Dado disponibilizado pela SECTI, 2013.

Dos cadastrados, há 28.000 (56%) do sexo feminino e 22.000 (44%) do sexo masculino. Percebe-se que tanto o homem quanto a mulher utilizam o espaço de forma igualitária (ver gráfico 10).

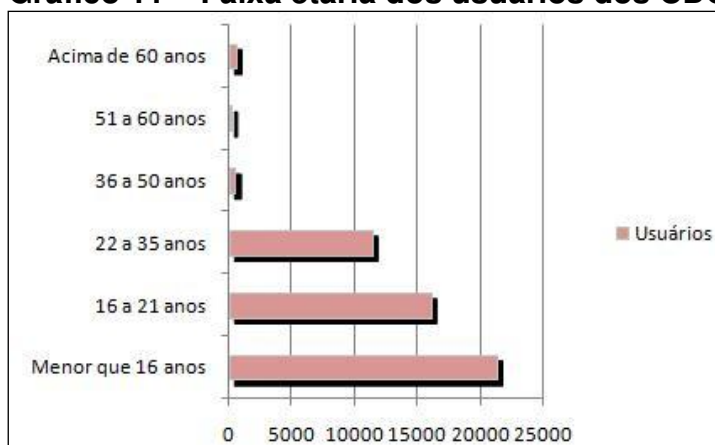
Gráfico 10 – Sexo dos usuários dos CDCs de Salvador - Bahia



Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Ao observar a faixa etária dos usuários percebe-se que as crianças e adolescentes menores de 16 anos são as que mais usam os equipamentos sociais. Já constatado nos 4 Centros Digitais de Cidadania estudado, principalmente no Centro de Esporte, Arte e Cultura César Borges (ver gráfico 11).

Gráfico 11 – Faixa etária dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia

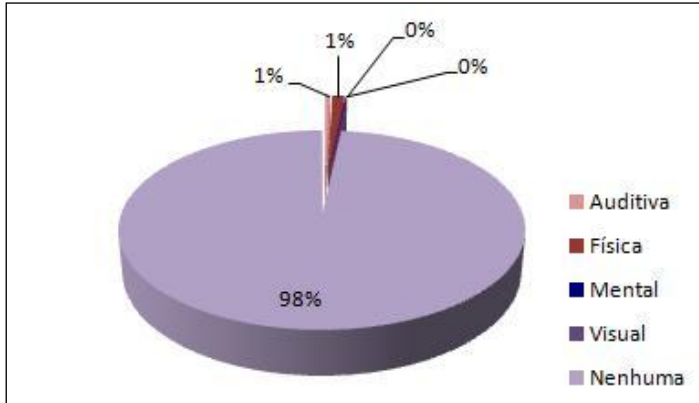


Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

De acordo com a SECTI, quando o gestor faz o cadastro das pessoas para ter acesso aos Centros Digitais de Cidadania, há uma opção sobre deficiência que deve ser respondida. Na opção consta se o usuário tem problemas auditivos, físicos, mentais, visuais ou nenhum. Ao deparar com a realidade dos Centros Digitais de

Cidadania denota-se que em alguns casos a infraestrutura atende ao desejado pelos deficientes e outros não há sequer acompanhamento de pessoas para subir a um elevador, entrar na sala etc. Dos 50.000 usuários, 587 possuem deficiência física e 234 usuários deficiência auditiva. Foi informado que 98% não tem nenhum tipo de deficiência ou não quis responder de maneira correta (ver gráfico 12).

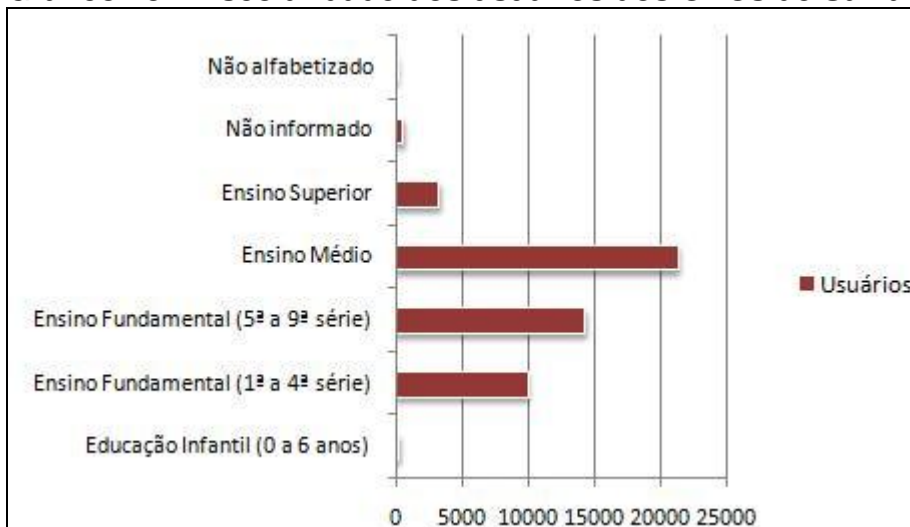
Gráfico 12 – Deficiência dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia



Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Quanto ao quesito escolaridade percebe-se certo equilíbrio entre Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os usuários do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) ocupam a terceira posição com 10.000. Já os usuários do Ensino Fundamental (5ª a 9ª série) ocupam a segunda posição com 14.350 e os usuários com Ensino Médio ocupam a primeira posição com 21.400 cadastrados (ver gráfico 13).

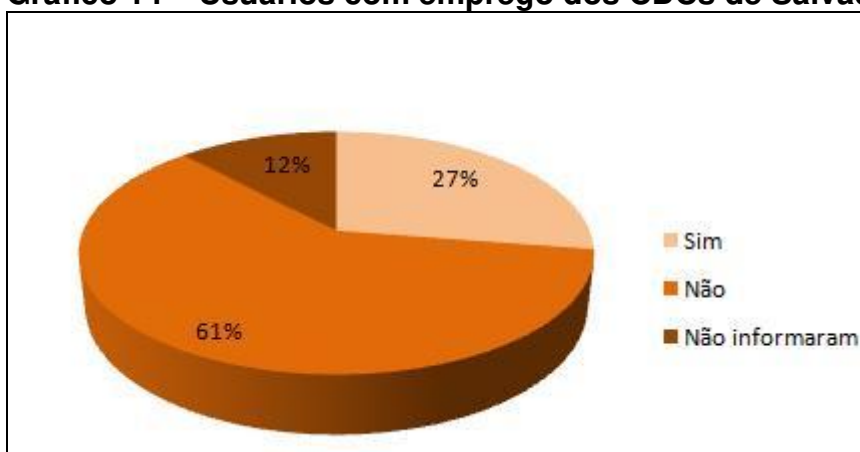
Gráfico 13 – Escolaridade dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia



Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Dos cadastrados nos Centros Digitais de Cidadania 61% ou 30.278 pessoas não tem emprego. Isso se deve ao fato do público infanto-juvenil ocupar a posição maior como usuários; pode também ser levado em conta que os projetos implantados nos CDCs que visam garantir emprego a população de baixa renda não está sendo tão eficaz. E outro motivo que nos leva a pensar diz respeito aos aposentados que ocupam esta posição dos 61% (ver gráfico 14).

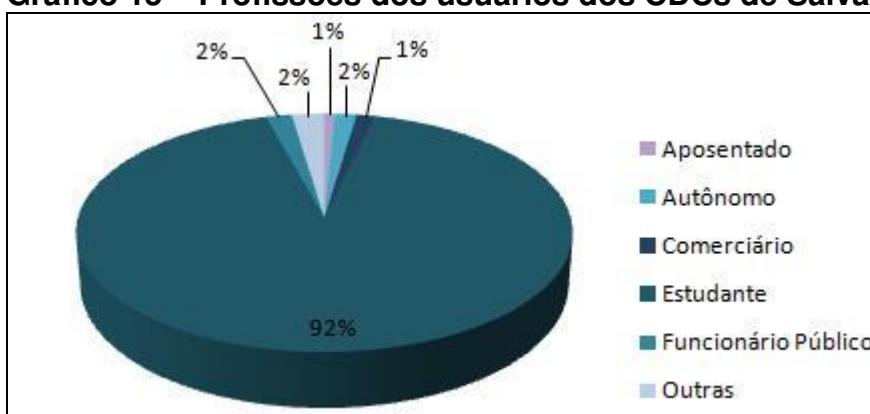
Gráfico 14 – Usuários com emprego dos CDCs de Salvador, Bahia



Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Os tipos de profissão encontrados, em ordem de quantidade, nos Centros Digitais de Cidadania são: Estudante, 92%; Funcionário Público, 2%; outras profissões, 2%; autônomo, 2%; aposentado, 1% e comerciário, 1% (ver gráfico 15).

Gráfico 15 – Profissões dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia

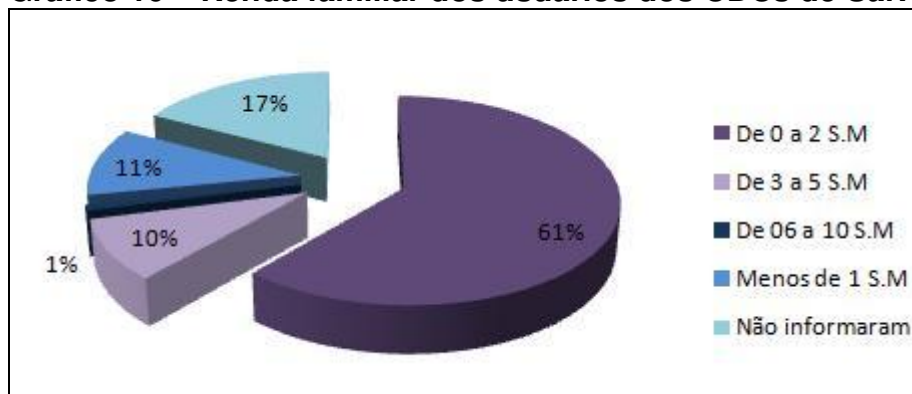


Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Percebe-se que a renda familiar dos cadastrados atende ao objetivo do Programa de Inclusão Sociodigital. Denota-se, portanto, que o Programa está dando oportunidades para aqueles que realmente necessitam aprender e utilizar os espaços.

O Centro Digital de Cidadania beneficia aqueles que possuem renda familiar menor que 1 salário mínimo e de 0 a 2 salários mínimos. O total de usuários na faixa de 0 a 2 salários mínimos é de 61% ou 30.750 cadastrados. Seguido desse valor estão os que não informaram com 17%, os com menos de 1 salário mínimo com 11% (ver gráfico 16).

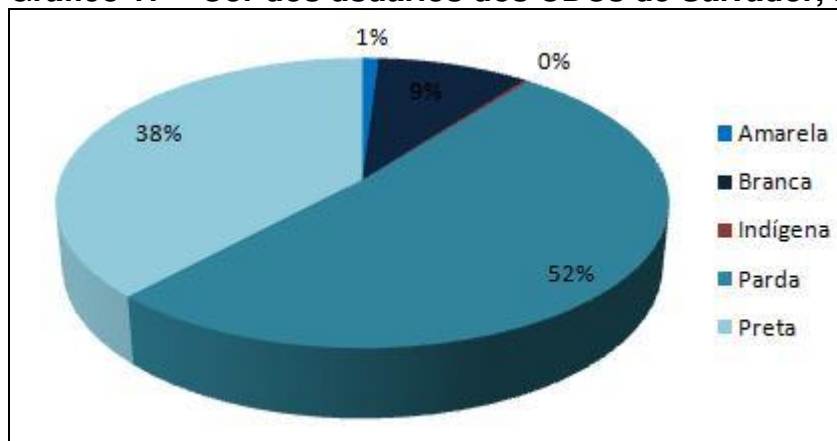
Gráfico 16 – Renda familiar dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia



Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

Por fim a cor que os usuários se definiram no cadastro realizado pelos CDCs foi parda com 25.700 cadastrados, ou 52%. Seguido da cor preta com 19.006 cadastrados, 38% (ver gráfico 17).

Gráfico 17 – Cor dos usuários dos CDCs de Salvador, Bahia



Fonte: SECTI, 2013. Elaboração própria, 2013.

5 CONCLUSÃO

O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação propiciou um novo olhar para as questões urbanas, principalmente no que tange as questões relacionadas aos espaços de fluxos. Muitos autores que tratam do espaço urbano já incorporaram em seus estudos a chamada “sociedade da informação” com diversos conceitos como: ciberespaço, cibercultura, sociedade hipertexto entre outros. É importante frisar que a junção do espaço físico com o espaço virtual fornece a população uma maior visão do mundo, principalmente o conhecimento.

Dessa forma, o desenvolvimento destas novas tecnologias de informação e comunicação gerou mudanças na sociedade capitalista, possibilitando formas diversas de produzir, comunicar, relacionar e construir conhecimento. Mas o que se percebe é que a entrada destas novas tecnologias foi um dos fatores geradores da desigualdade social, principalmente no Brasil.

A falta de acesso as novas tecnologias de informação e comunicação condiciona a população de baixa renda a não interagir com a sociedade neste aspecto da vida social, deixando de participar dos processos de “inteligência coletiva”, como denomina o autor Lévy (1999). Devemos também pensar que a falta de acesso e de aquisição dos bens duráveis nos domicílios pode ser uma opção das pessoas que preferem outros bens de consumo.

Registra-se também que muitas pessoas sem uma formação educacional, consideradas analfabetas, conseguem utilizar os meios tecnológicos com grande facilidade, dessa forma não podemos pensar que um analfabeto educacional é necessariamente um analfabeto digital.

Para que as novas tecnologias de informação e comunicação não se transformem em mais um fator de exclusão social, foi implementado um Programa de Inclusão Sociodigital sob responsabilidade do governo Estadual, das Universidades Estaduais e da sociedade civil organizada. A criação dos Centros Digitais de Cidadania tem melhorado a qualificação e capacitação, e provavelmente as condições de vida de algumas pessoas de baixa renda.

É importante salientar que, mesmo com a presença dos Centros Digitais de Cidadania nas mais diversas Regiões Administrativas do município de Salvador,

ainda não há uma participação efetiva da população. Somente 50.000 pessoas tem acesso a essa infraestrutura social. Isso se deve à falta de articulação da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação com a sociedade, falta informar; colocar o Programa em evidência; mostrar através dos meios de comunicação (televisão, rádio), bens duráveis que a maioria da população possui, o objetivo do programa, o público a que ele se destina, deixando claro os objetivos do Programa.

Quanto às ações desenvolvidas pelos Centros Digitais de Cidadania, percebe-se que há ainda um distanciamento dos reais problemas causadores da desigualdade social, isso ocorre porque os CDCs possuem limitações para superar todos os tipos de carências, principalmente ao de cunho socioeconômico. As ações desenvolvidas pelos CDCs estão ligadas principalmente a como usar o microcomputador, a consultar na internet, pesquisas etc. Por fim, os Centros Digitais de Cidadania visitados fornecem aos usuários o uso das tecnologias de informação e comunicação, mesmo sendo de forma limitada.

Diante do exposto, a participação da população das RAs nos Centros Digitais de Cidadania é importante, pois, propicia maior legitimidade e autonomia para representar a sociedade nas tomadas de decisão. Assim como, estimula a participação popular, de forma que o governo e a sociedade, por meio de suas mais diversas representações, dialoguem.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. 2012. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf. Acesso em: 01 de novembro de 2013.
- AMÂNDIO, Maria José. **Redes de Informação e Conhecimento: Cooperação e Interoperabilidade**. Rede de Bibliotecas Municipais de Oeiras. 2011.
- ASCHER, François. **Metápolis (ou l'avenir des Villes)**. Odile Jacob. 1995.
- ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- ATLAS, **Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta> Acesso em: 20 de setembro de 2013.
- AZEVEDO, Maria de Lourdes Pinheiro de; ARANTES, Paulo Tadeu Leite. **Cidade Digital e Ciberespaço: Delimitando Conceitos**. 2012.
- BAHIA. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Articular a Base Científica com Tecnologia, Aplicada ao Desenvolvimento**. 2007
- BAHIA. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Regimento Interno do cdc**. Bahia, novembro, 2007, disponível em: <<http://moodle.berimbau.ba.gov.br/>> Acesso em: 20 de setembro de 2013.
- BAHIA. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Cartilha de Informática Básica em Software Livre**. Salvador. 2008
- BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Indicadores de programas: Guia Metodológico**. Brasília: MP, 2010.
- BRASIL, Ministério das Comunicações. **Inclusão Digital**. 2013. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas>. Acesso em: 28 de setembro de 2013.
- BORGES, Luzineide Miranda. **Políticas públicas de emancipação digital: possibilidades e avanços na inclusão sócio-digital no Estado da Bahia**. Salvador. 2008.
- CARDOSO, R. S. C. de Paula; SOUZA, B. C. Pereira de; MENEZES, P. M. Leal de. **As geotecnologias no georreferenciamento de pequenos imóveis rurais**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/cbg/trabalhos/90/34/rayanne_seidel_jgeotec_1374452901.pdf. Acesso em: 27 de setembro 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**; v.1. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

CEU. A NOVA CARTA DE ATENAS 2003 – **A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do século XXI** – Lisboa, 20 de Novembro de 2003.

Disponível em:

http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf

Acesso em: 25 de setembro de 2013

COELHO, Livia Andrade; BONILLA, Maria Helena Silveira. **4.2 Não sei ler, logo, não posso usar o computador? Alfabetização e letramento digital no contexto da EJA**. UFBA. 200?. Disponível em:

http://www.moodle.ufba.br/file.php/2/Alfabetiza_o_Letramento/Nao_sei_ler_logo_nao_posso_usar_o_computador_lucia_coleho.pdf. Acesso em: 02 de novembro de 2013

CORRÊA, Roberto. Lobato. **O Espaço Urbano**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORREIO. **Brasil tem a internet mais cara da América Latina**. Disponível em:

<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/brasil-tem-a-internet-mais-cara-da-america-latina/> Acesso em: 20 de setembro de 2013

COSTA, A. dos Santos Vitorino; ALMEIDA, D. Varter de. **Reflexões sobre as novas configurações espaciais: a emergência do ciberespaço e suas implicações sobre o espaço urbano**. Instituto Tocantinense de Pós-Graduação - Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-adenilson-ciberespaco.pdf>. Acesso em: 25 de setembro 2013.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. Porto Alegre. 2012.

DIAS, Tiago Lopes. **Quem me conheço não tem ruas por onde passe: A experiência da velocidade: do boulevard ao ciberespaço**. 2011. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.132/3883>. Acesso em: 23 de setembro de 2013

FINQUELIEVICH, Susana. **CIDADES NO ESPAÇO DAS REDES: novas centralidades e periferias urbanas na sociedade informacional**. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. 2009.

FIRMINO, Rodrigo José. **Telemática: Suporte para uma Nova Cidade**. 200?.

Disponível em: <http://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/e-urb/producao/rodrigo/TeleCid.pdf>

Acesso em 24 de setembro de 2013

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. 1969 Bráil.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censos Demográficos**. 2010.

Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Infra-estrutura dos domicílios Brasileiros: uma análise para o Período 1981-2002**. 2005. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1077.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: Subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Livro 6. Volume 2. 2010.

JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea Editora. 2ª ed, 2003.

LADEIA, Tania Maria Ribeiro. **Inclusão Digital: Um olhar sobre as ações dos Centros Digitais de Cidadania de Salvador**. Salvador. 2009.

LEITE, Julieta. **A ubiqüidade da informação digital no espaço urbano**. 2008. Tecnologias e Socialidades. Logos 29. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/29/10JULIETA_LEITE.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

_____, Julieta. **Mediações Tecnológicas no Espaço Urbano**. Recife. 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-3026-1.pdf> Acesso em: 16 de outubro de 2013.

LEMOS, André (org). **Cibercidade. As cidades na cibercultura**. Editora e-papers, Rio de Janeiro, 2004, pp. 19-26

LEMOS, André; COSTA, Leonardo. **Um modelo de inclusão digital. O caso da Cidade de Salvador**. Salvador. 2007

LEMOS, André; RIGITANO, Eugênia; COSTA, Leonardo. **Incluindo o Brasil na era digital**. LEMOS, André (org) in: CIDADE DIGITAL. PORTAIS, INCLUSÃO E REDES NO BRASIL. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/137/1/Cidade%20digital.pdf>. Acesso em: 26 de setembro de 2013

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 33 Ltda, 1999.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva por uma antropologia do Ciberespaço**. Editora Loyola, 2007.

MARCHI, Polise Moreira de. **Interface entre cidade e tecnologia: a experiência do espaço tecnológico**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana. 2011.

MATTOS, Carlos A. de. **Crescimento metropolitano na América Latina: Los Angeles como referência?** In: Economia e Território – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 341-364.

MASSARA, Bruno. **A virtualidade enquanto realidade possível**. 2005. Disponível em: http://www.territorios.org/teoria/H_C_virtualidade.html. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

MITCHELL, William J. **E-topia: a vida urbana mas não como conhecemos**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MAXWELL. **Internet: Evolução nos meios de comunicação**. 200?. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/9973/9973_3.PDF Acesso em: 27 de outubro de 2013.

- MOTTA, Marcelo Paiva da. **A infraestrutura informacional no espaço geográfico**. 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap6_pt4.pdf Acesso em: 23 de setembro de 2013.
- MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História - suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.
- NASPOLINI, Vicente. **Paradigmas do Urbanismo: A contribuição de François Ascher**. Florianópolis. 2009
- NASCIMENTO, Luiz Antônio; SANTOS, Eduardo Toledo. **A indústria da construção na era da informação**. São Paulo. 2003.
- OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. **Resignificações da Inclusão Digital: Interfaces Políticas e Perspectivas Socioculturais nos Infocentros do Programa Identidade Digital**. (Dissertação). 2007. Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- OLIVEIRA, Ildes Ferreira. **Programa de inclusão sociodigital do Estado da Bahia: construindo a sustentabilidade para as Políticas Territoriais de inclusão sociodigital**. 2008. Disponível em: http://api.ning.com/files/cz-1JWPeSBWHVPZAzDezp3-7jfwwwZly3aJlQ6TYTuap55O2QGTYBY10dMxDXrxrAM6ksloTpPcrAtSEK4qUF*2JXfbuq*z*/Politicaspublishaseinclusaodigital.pdf Acesso em: 25 de setembro de 2013
- PAULA, Frederico Braida Rodrigues de. **Arquitetura virtual: contribuições e relevância para a melhoria do espaço de aquisição e produção coletiva do conhecimento (acesso à informação) e para o ensino a distância mediado por computador (e-learning) de artes, arquitetura e urbanismo**. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2005. Disponível em: www.ufjf.br/frederico_braida/files/2011/02/MONOGRRAFIA-TFG-1-Frederico-Braida.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2013.
- PALÁCIOS, Marcos. **Polarização, Inclusão e exclusão social: uma proposta de monitoramento do Projeto Aveiro Digital**. 2004. p.131-149.
- PALÁCIOS, Maria das Graças Lima de Souza. **A Reforma do Pelourinho: O Período pré-1992**. Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte. 2009.
- PEREIRA, G. C. **Representações Socioespaciais e Urbanismo Contemporâneo**. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/11750/1/ST51189.pdf>. Acesso em: 29 de setembro 2013.
- POZZO, Clayton Ferreira Dal. **Fragmentação socioespacial: Análise das práticas socioespaciais dos sujeitos auto-segregados em Presidente Prudente – SP**. Trabalho de conclusão (Bacharelado – Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: 2008, 215 f. Disponível em: http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/arquivo%2014%20%20livro%20dal_pozzo%20presidente%20prudente.pdf. Acesso em: 02 de outubro 2013.

PRADO, Otávio. **Governo Eletrônico, Reforma do Estado e Transparência: o Programa de Governo Eletrônico do Brasil**. 2009. FGV. São Paulo, 2009.

SALVADOR, Lei 7.400/2008 – PDDU 2008, de 20 de fevereiro 2007. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências**. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador, 2007.

Disponível em:

http://www.desenvolvimentourbano.salvador.ba.gov.br/lei7400_pddu/index.php

Acesso em: 03 de novembro de 2013

SANTANA, Mário Rubem Costa. **O espaço urbano em construção: as redes técnicas na cidade do Salvador do início do século XXI**. 2006. Salvador. UFBA.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2. reimpressão.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/TEORIA%20DOS%20TERRITORIO%20S%20E%20DA%20QUESTAO%20AGRARIA/MILTON%20SANTOS/SANTOS,_Milton_A_Natureza_do_Espa%C3%A7o%5B1%5D.pdf Acesso em: 09 de setembro de 2013.

SANTOS, Milton. **O Espaço Total de Nossos Dias**. Cap. XV. Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo, Hucite, 1978.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Centro Antigo de Salvador Território de Referência**. 2013. Disponível em

<http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cas/cas.pdf> Acesso em: 20 de setembro de 2013.

SILVA, Carolina Fialho. **Salvador e as tecnologias de informação e comunicação: um estudo sobre telefonia celular e internet no ambiente urbano**. Dissertação. Mestrado. Faculdade de Arquitetura. UFBA. 2007

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania**. In: HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.). Políticas Públicas e Inclusão digital. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 43-66.

SMANIOTTO COSTA, C.; SCHMITZ, R. M. (2013). **As modernas tecnologias de informação e comunicação e o espaço público, explorando as fronteiras de uma nova relação**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 3 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 197 a 229. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/99> Acesso em: 15 de outubro de 2013.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. **O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino-americana**. Grupo de Estudos de Política da América Latina, 2010. Londrina. UEL. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/13_ivotheis&lucianabtzke.pdf Acesso em: 27 de outubro de 2013.

VIRILIO, Paul. **O Espaço Crítico e as perspectivas em tempo real**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. Ed. revista e aumentada pelo autor. Trad.: Paulo Roberto Pires.

ANEXO

ANEXO A – RELAÇÃO DOS CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR

LOCALIZAÇÃO	CDC	ENDEREÇO
Associação	Associação de Moradores	Av. Cardeal Avelar Brandão Vilela, 1057, Centro Comercial 01
Associação	Associação Clube de Mães	Rua DR Eduardo Dotto, 1800, Tubarão, Paripe
Associação	Associação de Moradores	Praça São Brás, 14, Plataforma
Associação	Associação de Moradores	Praça Maroly Lopes, 02, Alto do Cabrito
Associação	BCS Calabar	Praça 11 de Maio, 67 E, UPP do Calabar, Calabar
Associação	Casa da Lua Cheia	Rua Silveira Martins, 500, Centro de Caboclo Casa Lua Cheia, Cabula
Associação	Congregação Batista Bariri	Rua Nova do Bariri, 65, Igreja Batista, Engenho Velho de Brotas
Associação	Ile Augusto Omolu	Rua Fortunato Benjamin Saback, nº 93, Baixa de Quintas - Sete Portas
Associação	Grupo Arte de Negro	Rua Euzébio de Queiroz, 68, Liberdade
Associação	Sociedade Beneficente	Praça Marechal Rondon, 186, Marechal Rondon
Associação	Vila Naval da Barragem	Rua Bahia, 91, Vila Militar da Barragem, Paripe
Associação	Associação dos Moradores	Rua Miguel Lemos, 97, Largo do Binóculo, Federação
Biblioteca	Biblioteca Juracy Magalhães	Rua Borges dos Reis, s/n, Rio Vermelho
Biblioteca	Biblioteca Monteiro Lobato	Praça Conselheiro Almeida Couto, s/n, Nazaré
Biblioteca	Biblioteca Pública do Estado da Bahia	Rua General Labatut, 27, Barris
Biblioteca	Biblioteca Pública Thales de Azevedo	Rua Adelaide Fernandes da Costa, s/n, Parque Costa Azul
Biblioteca	Câmara Municipal de Salvador	Praça Tomé de Souza, s/n, Centro Cultural da Câmara Municipal
CSU	CSU Castelo Branco	Rua A, 3ª Etapa s/n, Castelo Branco
CSU	CSU Mussurunga	Mussurunga I Setor E, Rua I, s/n, Mussurunga
CSU	CSU Cosme de Farias	R. Luís Anselmo 155, Matatu de Brotas
CSU	CSU Liberdade	Rua Lima e Silva, 100, Liberdade
CSU	CSU Pernambués	Rua Tomaz de Gonzaga, 150, Pernambués
CSU	CSU Valéria	Rua Boca da Mata, s/n, Valéria, Posto de Emergência 24h
CSU	CSU Narandiba	Av. Edgard Santos, 611E, Narandiba
CSU	CSU Nordeste de Amaralina	Rua Alto da Alegria s/n Beco da Cultura, Nordeste de Amaralina
CSU	CSU Vasco da Gama	Rua Pedro Gama - Alto do Sobradinho, s/n, Federação
Escola	Escola de Dança da FUNCEB	Rua da Oração, 01, Terreiro de Jesus, Pelourinho
Escola	Escola Estadual Elysio Ataíde	Via Local B13, Qd 6, Caminho 08, s/n, Cajazeiras V
Escola	Colégio Senhor do Bonfim	Rua General Labatut, 49, Barris
Escola	Centro de Esporte, Arte e Cultura César Borges	Rua dos Ferroviários, s/n, São João do Cabrito

Continuação

LOCALIZAÇÃO	CDC	ENDEREÇO
Escola	Colégio Estadual Governador Roberto Santos	Rua Silveira Martins, s/n, Cabula
Escola	CIAC Ondina	Rua do Corte Grande - Alto de Ondina, s/n
Escola	Colégio Estadual Antônio Sérgio Carneiro	Rua Gilberto Bastos, 25, Arenoso, Fim de Linha
Escola	Instituto Anísio Teixeira - IAT	Estrada da Muriçoca, s/n, São Marcos
Escola	Escola Municipal Senador Antônio Carlos Magalhães	Avenida Gal. Graça Lessa, s/n, Vasco da Gama, Ogunjá
Escola	Escola Estadual Luiz José de Oliveira	Rua H, Via Coletora B, s/n, Fazenda Grande I, Cajazeiras
Escola	Instituto do Patrimônio	Avenida Engenheiro Oscar Pontes, 0, Complexo Oscar Cordeiro
ONG	Oxumaré	Avenida Vasco da Gama, 343, Vasco da Gama
ONG	AMONEIA	Rua Cipó, Comunidade Nossa Senhora da Aparecida, Ilha Amarela, Pirajá
ONG	Amigos do Parque São Bartolomeu	Rua Nova Constituinte, 128, Periperi
ONG	ACORDE/ OIA DEJI	Rua Nova Canaã, nº 8, Paripe
ONG	CDCN	Rua Ribeiro dos Santos, 42 (antiga Ladeira do Passo) - Centro Histórico
ONG	Centro Público de	Rua Álvares Cabral, 16, Prédio Oscar Cordeiro, Comércio
ONG	Associação dos Moradores	Rua Santa Bárbara, 04, Palestina
ONG	Centro de Giro Santo	Rua Venezuela, n 234, Paripe
ONG	Igreja Adventista do 7º Dia	Rua Manoel Galiza, s/n, Plakafor, Itapuã
ONG	Ilê Aye	Rua do Curuzu, 228, Liberdade
ONG	Instituto Família Telemaco	Praça Augusto Severo, s/n, Ed. Aide, Largo da Mariquita, Rio Vermelho
ONG	Igreja Batista do Calvário	Rua Heitor Dias, n 10 Cosme de Farias
ONG	Fundac	Av. Guanabara, Tancredo Neves, Escola Estadual Helena Magalhães
ONG	Morada da Lagoa	Rua Vitória da Conquista, s/n, Cond. Morada da Lagoa
ONG	Sociedade Beneficente 25 de	Rua São Félix, 38 E, Bariri de Baixo Alto do Bariri, Plataforma
ONG	Lar Harmonia	Rua Deputado Paulo Jackson, 560, Piatã
PM	BCS São Caetano	Rua Francisca Vicenza, s/n São Caetano
PM	CIPM RIO	Avenida Oceânica, 3879, Ondina, Curva da Paciência
PM	BCS Fazenda Coutos	Rua Almeida Junior, s/n, Fazenda Coutos III
PM	BCS Nordeste de Amaralina	Rua do Bomboche, s/n, Beco da Cultura, Nordeste de Amaralina
Sede do Município	Clube de Mães Abelhas	Quadra D, Caminho 29, n 05, Cajazeiras XI
Sede do Município	Sociedade Beneficente Esportiva 13 de Junho	Rua 25 de Junho, 69, Uruguai

Fonte: SECTI, 2013.